



Escola de Sociologia e Políticas Públicas  
Departamento de História

A Gestão da Rota Histórica das Linhas de Torres - revista a partir dos  
Modelos e Convenções Internacionais de Património

Rafael Gonçalves Martins Soares

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Empreendedorismo e Estudos da Cultura – Património e Projetos Culturais

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora Sofia Macedo, Professora Auxiliar Convidada  
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2017



## **AGRADECIMENTOS**

Todo o trabalho é realizado com a ajuda de outros, e este não foi exceção. Nesse sentido aproveito este espaço para reconhecer ao ISCTE-IUL a oportunidade concedida para continuar a minha jornada no Ensino Superior, e a criação deste curso de Mestrado que possibilitou a realização do presente trabalho. Obviamente um agradecimento a todos os professores pelos anos de ensino que me proporcionaram.

Agradecer também às orientadoras, Professora Doutora Maria João Vaz, pela disponibilidade e vontade em orientar esta Dissertação, mas também pelas sessões de reunião em que se mostrou sempre disponível as minhas perguntas, por mais pequenas que fossem. À professora Doutora Sofia Macedo, agradeço também a disponibilidade, vontade e interesse neste trabalho, o qual fez questão de me acompanhar, percebendo os dilemas do mesmo e arranjando soluções que muitas vezes achei impossíveis.

Aos meus pais sem a qual nada disto seria possível, e que através de um enorme esforço, tudo fizeram para que pudesse seguir caminhos, que não estiveram abertos às suas vidas. É aliás a eles que dedico o meu trabalho e que agradeço tudo o que fizeram e fazem por mim.

À Inês Simões por me apoiar e ouvir incessantemente, quando tudo corria bem, ou menos bem. Sempre acreditou em mim e no meu trabalho desde o dia um. Agradeço que tenha sido o pilar motivador para a realização desta dissertação.

Ao Pedro e à Bárbara pelo esforço que fizeram dia após dia, de ouvir e dar conselhos sobre como agir na realização deste trabalho. A ela pelo papel de minha Consciência na elaboração da Dissertação, e a ele por, mesmo fora do assunto, me incentivar a tomar as decisões difíceis na metodologia do trabalho. Obrigado a ambos pela vossa amizade.

À Diana pela disponibilidade em marcar sempre reuniões de orientação comigo e pela ajuda e verificação dos resultados que este trabalho foi produzindo ao longo do tempo. Obrigado pelo feedback.

Agradecer também à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira pela oportunidade da realização de um estágio, motivo que precipitou este trabalho; ao Museu Municipal de Vila Franca de Xira e a todos os seus funcionários pela amabilidade e prestabilidade que tiveram comigo. Atenção especial para a Maria Adelaide Borges Ferreira e Maria João Martinho pela disponibilidade na ajuda e incentivo para a realização desta Dissertação, ainda que cientes dos desafios que eu

mesmo iria enfrentar. Agradeço às duas por isso, pela oportunidade de estágio e pela amizade que fica.

E aos Municípios que constituem a RHLT e a todos os seus técnicos, com especial consideração pela Florbela Estevão que através de reuniões e telefonemas, desbloqueou alguns entraves a esta Dissertação.

## **RESUMO**

Estudar, recordar e usar o património afeto às linhas de Defesa de Torres Vedras, criando todo um projeto de Salvaguarda e Valorização em seu torno foi a ambição de 6 municípios, que se juntaram para o concretizar, exponenciando este património e colocando-o nos caminhos do Turismo, através da criação de um produto turístico. A ambição deste trabalho é compreender o porquê deste projeto, descrever a sua evolução, assim como foi executado, compreendendo a sua gestão, as medidas e ações tomadas para que a Salvaguarda e Valorização deste património, enquadradas pelas convenções internacionais de património, pudesse ser uma realidade e alcançada da melhor forma.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linhas de Torres Vedras, Rotas Históricas, RHLT, Gestão de Património, Salvaguarda e Valorização de Património.

## **ABSTRACT**

Studying, remembering, and using the heritage that composes the Defensive Lines of Torres Vedras, through a Safeguard and Valorisation project towards this aim, was the ambition of 6 Municipalities that came together to achieve it. The goal was the exponentiation of this heritage, whilst placing it in the touristic context, creating a touristic product. This research aimed to understand the reasons for the project's creation, describing its evolution and the way that it was executed, comprehending its managements' options, measures and actions taken to promote the safeguard and valorisation of this heritage, under international heritage conventions, in the better way possible.

**KEY WORDS:** Lines of Torres Vedras, Historical Routes, RHLT, Heritage Management, Heritage Safeguard and Valorisation.



## ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Objeto de Estudo .....	3
1.2. Problemática e Objetivos.....	4
1.3. Metodologia de Investigação.....	6
1.4. Estado da Arte .....	7
1.5. Património Cultural, Rotas e Gestão .....	11
1.5.1. O Património Cultural .....	11
1.5.2. As Rotas Culturais.....	12
1.5.3. Gestão Integrada de Património .....	14
2 – ANTECEDENTES .....	19
2.1. As Jornadas Intermunicipais.....	20
2.2. Programa de Salvaguarda, Recuperação e Valorização das Linhas de Torres .....	21
2.3. Candidatura ao Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE) .....	25
3 – A GESTÃO E OS SEUS PROJETOS .....	31
3.1. Um processo em evolução .....	31
3.2. Novas Direções .....	36
3.3. Associação para o Desenvolvimento Turístico das Linhas de Torres Vedras.....	38
3.3.1. Órgãos e Funcionamento .....	40
4 – PROJETOS INTERMUNICIPAIS .....	43
4.1. Projetos comuns – 2007 – 2014.....	43
5 - A RHLT E AS CONCEÇÕES DA GESTÃO DE PATRIMÓNIO.....	57
5.1. Plano de Gestão.....	59
5.2. Adequação do modelo às estratégias internacionais.....	64
6 – CONCLUSÃO .....	69
7. FONTES .....	71
8. BIBLIOGRAFIA.....	73
9. ANEXOS.....	I





## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1.2.</b> Inserção territorial dos Fortes, em 2002. Fonte: Arquivo do MMVFX.....	23
<b>Quadro 2.2.</b> Integridade Física dos Fortes em 2002. Fonte: Arquivo do MMVFX.....	23
<b>Quadro 3.2.</b> Distribuição dos Fortes por Concelho, em 2002. Fonte: Arquivo do MMVFX.	23
<b>Quadro 4.2.</b> Estatuto da propriedade dos Fortes, em 2002. Fonte: Arquivo do MMVFX. ....	23
<b>Quadro 5.3.</b> Mudanças de Mandato na PILT (Gomes, 2007:108).....	35
<b>Quadro 6.4.</b> Projetos Comuns RHLT 2007 – 2016.....	49
<b>Quadro 7.5.</b> Quadro comparativo dos objetivos definidos entre a o momento da candidatura ao MFEEE e a criação da Associação .....	62



## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.1.</b> 1ª e 2ª Linhas de Defesa a Norte de Lisboa. Mapa de Brandão de Sousa. Fonte: MMVFX.....	3
<b>Figura 2.2.</b> Cartaz das Jornadas Intermunicipais. Fonte: Arquivo do MMVFX.....	21
<b>Figura 3.2.</b> Campanha de limpeza executada pelo Exército Português, no Forte de S. Vicente. Fonte: MMVFX. ....	24
<b>Figura 4.2.</b> Logótipo da Rota Histórica das Linhas de Torres. Fonte: Arquivo Digital Museu Municipal de Vila Franca de Xira. ....	28
<b>Figura 5.3.</b> Logotipo da Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres. Fonte: Museu Municipal de Vila Franca de Xira. ....	31
<b>Figura 6.3.</b> Organograma da PILT (Gomes, 2007:107). ....	34
<b>Figura 7.3.</b> Plano de Sustentabilidade da RHLT.....	38
<b>Figura 8.4.</b> Projetos da RHLT entre 2007 e 2016. ....	52
<b>Figura 9.4.</b> Projetos da RHLT, por áreas temáticas, entre 2007 e 2016.....	54
<b>Figura 10.4.</b> Ações da RHLT, por áreas temáticas. ....	55
<b>Figura 11.5.</b> Receitas da Associação da RHLT, Constituição da Associação para o Desenvolvimento Turístico e Cultural das Linhas de Torres (2014). ....	61



## **GLOSSÁRIO DE SIGLAS**

ADLTV - Associação para o Desenvolvimento das Linhas de Torres Vedras

AMMVFX – Arquivo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira

BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa

CEE – Comunidade Económica Europeia

CILT – Centro Interpretativo das Linhas de Torres

DIE – Direcção de Infraestruturas do Exército

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural

EEA – European Economic Area

EEAGrants – European Economic Area Grants

FIL - Feira Internacional de Lisboa

ICOM – International Council of Museums

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

GR – Grande Rota das Linhas de Torres

MFEEE – Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu

MMVFX – Museu Municipal de Vila Franca de Xira

NUT III – Nomenclatura de Unidades Territoriais III

PILT – Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres

RHLDTV – Rota Histórica das Linhas Defensivas de Torres Vedras

RHLTV – Rota Histórica das Linhas de Torres Vedras

RHLT - Rota Histórica das Linhas de Torres

UE – União Europeia

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UT – Unidade de Trabalho

VFX – Vila Franca de Xira



## 1 - INTRODUÇÃO

Este estudo tem como título “A Gestão da Rota Histórica das Linhas de Torres - revista a partir dos Modelos e Convenções Internacionais de Património”. O seu objetivo é compreender o(s) modelo(s) de gestão para a Rota Histórica das Linhas de Torres, a sua relação e adequação com as Convenções Internacionais de Salvaguarda e Proteção do Património e as conceções que internacionalmente existem relativamente à valorização, conservação e divulgação do mesmo.

O tema aqui tratado surge no âmbito de um contacto pessoal com a mesma ao longo de um período de tempo considerável. Este contacto veio na sequência de um estágio, iniciado em 10 de Outubro de 2015 que, embora realizado numa outra vertente, suscitou o meu interesse sobre a Rota. O estágio rapidamente se ampliou e dei por mim a participar nas reuniões com os técnicos da Rota, no âmbito dos preparativos para a BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) que se realizaria na FIL (Feira Internacional de Lisboa) entre 6 e 8 de Março de 2016. Participei também em outras reuniões de atividades do projeto, destacando-se a primeira tarefa de que fui incumbido de realizar e que foi a criação de medalhas para assinalar o Dia das Linhas de Torres, realizado na data de 20 de Outubro de 2015, no Forte da Casa (Vila Franca de Xira). Esta dissertação é por isso centrada na RHLT, no (s) seu (s) modelo (s) de gestão e tem em conta os seguintes princípios:

“A Rota Histórica das Linhas de Torres é uma Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras, sem fins lucrativos, constituída pelos municípios fundadores de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira e que quer acolher outras entidades públicas e privadas, pessoas singulares ou coletivas, que possuam interesse na valorização patrimonial e promoção turística das Linhas de Torres Vedras; bem como manter relações de cooperação e colaboração com outras associações nacionais e estrangeiras que tenham objetivos semelhantes”<sup>1</sup>.

O trabalho pretende estudar uma vertente pouco analisada, a da gestão patrimonial, sobretudo as práticas aplicadas no contexto deste projeto. A existência de uma conformidade do ou dos modelos adotados com as normas e convenções internacionais relativas à conservação, proteção e valorização do património cultural, assim como com as normas para os itinerários culturais aplicados pela comunidade internacional, foi também objeto de estudo nesta dissertação. Existem várias Rotas em Portugal, centradas nos valores histórico-culturais, das quais se podem retirar elementos que poderão enriquecer esta análise através da comparação, das concordâncias e das dissemelhanças entre estas e o meu objeto de estudo. Por

---

<sup>1</sup> Texto sobre a RHLT “Quem Somos”. Informação disponível em <http://www.cilt.pt/pt/rhlt>.

esse motivo foram estudados alguns aspetos que são comuns a todas, procurando-se um enquadramento comparativo e crítico da RHLT no panorama nacional de itinerários culturais.

Através da análise de elementos essenciais que devem compor uma Rota Cultural (tal como definido pela UNESCO e pelo ICOMOS) pretende-se estudar a RHLT considerando os seus princípios e objetivos, a sua gestão, as práticas e os critérios de salvaguarda do património cultural, assumindo-se este como um fator distintivo deste roteiro, marcado por uma singularidade patrimonial.

Para tal irão ser revistos os seus antecedentes, sendo posteriormente analisado o respetivo contexto de gestão e a sua evolução, dando atenção às suas atividades e projetos realizados. É ainda objetivo que a análise aos modelos de gestão seja realizada tendo em conta os princípios e normas internacionais relativos à conservação e valorização de património.

Este trabalho divide-se em 6 partes. Na primeira parte, correspondente à Introdução, define-se e explicita-se o objeto deste estudo, a problemática desta dissertação, a metodologia utilizada assim como reflexões sobre os conceitos teóricos que presidem ao tema; na segunda parte pretende-se realizar uma contextualização histórica e geográfica; na terceira parte, realiza-se uma identificação do modelo de gestão e da sua evolução assim como a identificação de projetos e atividades resultantes do mesmo; na quarta parte, após a recolha de dados realizou-se uma análise das atividades e os seus resultados; enquanto que na quinta parte foi objeto de análise o modelo de gestão, enquadrando-o nos princípios internacionais relativos à intervenção em Património; concluiu-se esta dissertação com uma reflexão sobre todo o trabalho efetuado e sobre os resultados obtidos.

Num trabalho que se espera resultar numa análise da Rota e que ainda assim sirva como uma reflexão para os seus intervenientes, a questão de partida passa então por ser a seguinte: qual a amplitude do modelo de gestão para a RHLT e em que medida promove a salvaguarda, conservação e valorização do património cultural, tal como definido internacionalmente?

Deste modo esta dissertação salienta-se não só pelo tipo de proposta que pretende efetuar, mas também pelo conhecimento acrescido que traz sobre a Rota em si, que tal como o próprio trabalho, assume-se como ambiciosa. No fim espera-se que seja possível então observar os princípios definidores da Rota, a forma como se operacionalizou (atividades) e o seu modelo de gestão.



## 1.1. Objeto de Estudo

A Rota Histórica das Linhas de Torres é um projeto cultural que pretende a salvaguarda e a valorização de um relevante conjunto patrimonial, composto pelas fortificações militares que integraram o sistema defensivo conhecido como Linhas Defensivas de Torres.

As Linhas de Torres são um sistema militar composto por estruturas fortificadas (fortificação passageira) cuja construção foi iniciada em 1809 e que visavam garantir a defesa da península de Lisboa e a retirada em segurança das forças políticas e militares presentes em Portugal, aquando da Guerra Peninsular e da última invasão do exército francês no reino de Portugal. Estas fortificações foram estruturadas em cinco linhas de defesa das quais duas constituem a base do projeto a ser estudado, tecnicamente conhecidas como a Primeira e Segunda Linha. A primeira apresenta uma extensão de 46 km ligando Alhandra, junto ao rio Tejo, à foz do Rio Sizandro, em Torres Vedras; a segunda tem uma extensão desde 39 km distanciando-se cerca de 13 Km da primeira linha, ligando o Forte da Casa a Ribamar (Gomes, 2017:105).



**Figura 1.1.** 1ª e 2ª Linhas de Defesa a Norte de Lisboa. Mapa de Brandão de Sousa. Fonte: MMVFX.

Estas duas linhas, com os fortes que a constituem são, atualmente, considerados como Património Cultural, e como tal enquadrados pela legislação portuguesa: “1 — Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de

especial protecção e valorização”<sup>2</sup>. São também considerados como sítios arqueológicos, e sobre eles foram realizados levantamentos técnicos e ações de restauro, contribuindo para a salvaguarda do património português. Estes esforços foram executados na sequência de uma iniciativa conjunta dos municípios em cujo território estes fortes se situam: Arruda, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, no que fica reconhecido como um esforço, uma iniciativa e acima de tudo um projeto intermunicipal, que contou também com a colaboração de outras entidades, em particular o Exército Português. Desta ação resulta a Rota Histórica das Linhas de Torres, um projeto concebido para a salvaguarda e gestão do Património, apoiado num conjunto de centros interpretativos nos municípios que auxiliam na compreensão daquele património e da sua história (Gomes, 2007: 107), ao mesmo tempo que procura uma função de desenvolvimento local e regional, apostando numa dimensão turística.

Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras (RHLT), é com este título que o projeto se apresenta publicamente, quer no seu sítio da internet, quer nos diversos materiais de comunicação e promoção. É por isso pertinente que se clarifique algumas intenções em relação ao trabalho realizado, sendo a mais relevante (e de acordo com o título da dissertação), e de que este é um trabalho de investigação sobre património cultura, sobre a gestão para a sua conservação, salvaguarda e valorização. Nesse sentido o modelo de gestão da rota é o verdadeiro objeto de estudo, já que é a partir deste que a mesma se organiza e funciona.

## **1.2. Problemática e Objetivos**

A investigação sobre a Rota Histórica das Linhas de Torres surge sempre ligada ao estudo sobre a história das Linhas e ao aproveitamento, enquanto recurso turístico, deste conjunto de bens patrimoniais.

Tendo em conta o que foi dito anteriormente, que esta pesquisa é uma proposta de perceção e análise da gestão desta rota com vista à salvaguarda e valorização do Património, definem-se então algumas problemáticas que foram analisadas. Deste modo, e como defendido

---

<sup>2</sup> Artigo 2º da Lei 107/2001, *DR*, Iª Série-A, n.º 209, 8 de Setembro de 2001.

por alguns autores <sup>3</sup>, foi definida uma pergunta de partida: Qual a amplitude de ação do modelo de gestão para a Rota Histórica das Linhas de Torres Vedras e em que medida promove a salvaguarda, conservação e valorização do património cultural? Esta questão pode ser complementada e até direcionada para uma outra, de registo mais pragmático: Estará a gestão da RHLTV de acordo com os modelos e convenções internacionais de gestão de património?

Posto isto, as problemáticas que se pretenderam analisar foram:

- Como se coaduna um modelo de gestão com os critérios de conservação, salvaguarda e valorização de património, aceites pela comunidade nacional e internacional?
- Quais as razões e motivações para a aplicação de um modelo de gestão para a RHLT?
- Quais as questões inerentes à aplicação de um modelo de gestão a um conjunto de bens patrimoniais?

No mesmo sentido foram definidos os seguintes objetivos que se optou por dividir em dois tipos: gerais e específicos.

Objetivos gerais: analisar o modelo de gestão da Rota Histórica das Linhas de Torres e compará-lo com as propostas definidas e aceites pela comunidade internacional referentes à gestão de bens patrimoniais.

Objetivos específicos: contextualizar detalhadamente a Rota Histórica das Linhas de Torres, identificando de que forma esta ultrapassou o seu valor enquanto estrutura militar, para se tornar património cultural; identificar os objetivos esperados, assim como entender o processo de evolução do modelo de gestão; compreender em que medida estes objetivos foram cumpridos.

Os objetivos aqui definidos são pertinentes e relevantes. Os seus resultados esperam-se do maior interesse de forma a potenciar novas leituras sobre este assunto. As questões que o tema levanta, e que surgiram no decorrer desta investigação, penso poderem beneficiar desta dissertação para a sua resposta, sendo esse o motivo que faz com que estes objetivos se

---

<sup>3</sup> “Toda a investigação se constrói a partir de uma questão intrigante. Mas para obter a resposta desejada é preciso saber colocar a questão certa, a partir de um problema articulado” (Chevrier, 2003 *apud* Franco 2011:3).

coadunem com a proposta de trabalho a que o mestrando se propôs. Os conceitos chave a serem trabalhados são: Rotas Históricas, Gestão de Património, Valorização de Património.

### **1.3. Metodologia de Investigação**

De acordo com o que se colocou como objetivos desta investigação, foi definida uma metodologia adequada ao proposto.

Nesse sentido a mesma dividiu-se em duas formas de trabalho, tendo por base uma abordagem metodológica que serve uma análise qualitativa: a revisão bibliográfica com a leitura e análise crítica de fontes documentais. Complementa-se com uma análise interpretativa dos resultados obtidos. Pode ainda especificar-se a metodologia do trabalho dividindo-a em quatro tarefas, alocadas a fases distintas do plano de investigação, de modo a que fosse perceptível a melhor maneira para se adequar à realização da pesquisa programada.

1. Para a primeira parte da dissertação, onde se procurou uma contextualização clarificando a necessidade de existência de um modelo de gestão, foi necessário fazer a revisão da bibliografia acerca da evolução histórica e geográfica, assim como bibliografia relativa à gestão integrada de património. Deste modo consegui integrar no tempo o projeto, identificando as razões de opção por um modelo de gestão intermunicipal, e apreender os conceitos e modelos gestão integrada do património, essenciais para uma dissertação acerca de gestão do património.

2. Para a segunda parte, específica ao modelo de gestão, necessitei compreender o seu aparecimento, os objetivos que estiveram na base da adoção do modelo e qual a sua evolução, procurando evidências da existência de um plano estratégico. Para concretizar esta tarefa acedi às fontes documentais dos arquivos municipais e que são compostos por Dossiers Técnicos, Atas, pareceres e correspondência, entre outros.

3. Na terceira parte que referi na estrutura, foram identificados os projetos e atividades desenvolvidos no âmbito da rota e realizada uma grelha onde os mesmos foram sistematizados e objeto de análise. Esta tarefa metodológica foi fortemente condicionada pela falta e dispersão da documentação de arquivo acerca das atividades. Tal reside no facto da estrutura de composição deste projeto englobar as condicionantes de seis (o número de municípios) diferentes formas de arquivamento e catalogação da documentação, o que resulta num conjunto disperso de documentação, de tratamento de documentação, de acesso à mesma e de difícil

relacionamento entre todos os componentes. Verificou-se ainda dificuldades na localização e acesso à documentação que referenciasse as atividades programadas por projetos, devido a diferenças de operacionalização dos mesmos entre os vários municípios. Ou seja, administrativamente e documentalmente, a RHLT, não apresenta uniformidade de critérios que dificulta a análise da informação. Por exemplo, em Vila Franca de Xira os elementos associados à rota estavam alocados a um só gabinete; noutros municípios isso não se verificava da mesma forma. Tendo em conta esta limitação, optou-se pela criação de uma grelha identificativa com os Projetos Intermunicipais, ou seja, as atividades comuns a todos os municípios, procurando com a sua posterior análise a identificação de padrões de atuação e entender as opções do projeto. Ainda assim a recolha de fontes foi bastante dificultada pela sua dispersão e heterogeneidade. Verificou-se uma ausência de documentação oficial que especificasse as ações desenvolvidas ao longo dos anos. O que encontrei foi, em contraposição, um conjunto de documentos que forneceram informações sobre a criação e estruturação do projeto, mas poucos documentos que relatassem o resultado final da ação. Tive assim o início, mas não o fim. Por esse motivo, optou-se por uma sistematização dos elementos que mais se repetiam, ou que estavam presentes nos documentos oficiais mais recentes.

4. Foi realizada uma conversa informal com um dois técnicos do projeto, no sentido de obter informações sobre o contributo dado por cada entidade. Infelizmente não foi possível, falar com todo o universo em causa, ou seja com os técnicos de todas as Autarquias envolvidas, tarefa que é desejável que aconteça.

5. Por fim, e de modo a analisar a rota numa perspetiva comparativa com os modelos e convenções nacionais e internacionais, tornaram-se necessárias leituras sobre esses mesmos modelos e convenções.

#### **1.4. Estado da Arte**

Nos últimos anos e especialmente a partir de 2010, com as celebrações do Bicentenário das Invasões Napoleónicas, têm surgido cada vez mais textos e trabalhos a diversos níveis, quer académicos, quer de disseminação generalizada e de divulgação acerca das Linhas de Torres Vedras.

Não obstante, também acerca da própria Rota das Linhas de Torres se tem vindo a trabalhar cada vez mais em âmbito académico. Exemplo disso foi a recente tese de doutoramento de Carlos Bernardes, em 2015, em que a RHLT é analisada numa vertente de Turismo Cultural, efetuando uma comparação com outros sistemas defensivos mundiais, como a Muralha de Adriano e as Linhas Maginot, também estes inseridos em Rotas Históricas, num argumentativo que aproveitava a sua proveniência (Inglaterra e França) numa posição de contacto privilegiado com Portugal. Nesse trabalho foram interessantes as perspetivas apresentadas sobre a contextualização da RHLT<sup>4</sup>.

Outras teses e dissertações foram igualmente de interesse como a de Marco Noivo, dissertação de mestrado apresentada no ano de 2010, quando se celebrava o Bicentenário da Construção das Linhas de Torres Vedras e que associava a valorização do património com o turismo cultural. Este estudo faz também uma análise do ponto de vista turístico e cultural, partindo da ideia de criar Rotas Culturais para a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Linhas de Torres Vedras, de acordo com conceitos de sustentabilidade para o património cultural através do seu aproveitamento turístico<sup>5</sup>.

Ainda no mesmo sentido a dissertação de mestrado de Maria Ferreira apresentada em 2012, apesar de uma vez mais assente no Turismo Cultural, ofereceu uma outra perspetiva a ter em conta. Esta dissertação que se fundamentou uma vez mais num ponto de vista turístico, centrou-se na cidade de Torres Vedras, e defendia a utilização das Linhas de Torres enquanto potencial emissor turístico. Esta investigação procurou identificar quais as melhores soluções para a criação de uma atividade turística relacionada com as Linhas na cidade de Torres Vedras<sup>6</sup>. Por último, ainda no âmbito turístico, saliento com destaque a tese de doutoramento de João Reis, sobre a possibilidade de criação de informação turística eletrónica na Rota Histórica das Linhas de Torres<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Bernardes, Carlos (2015), *As Linhas de Torres Vedras – um destino turístico estratégico para Portugal*, Tese Doutoramento em Turismo na especialidade de Gestão de Destinos e Produtos Turísticos, Universidade de Lisboa.

<sup>5</sup> Noivo, Marco (2010), *A 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Linhas de Torres: A valorização do Património e o Turismo Cultural*, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Lisboa, Universidade de Lisboa.

<sup>6</sup> Ferreira, Maria (2012) *Torres Vedras como Destino de Turismo Cultural e de City Break: Estratégias para as Linhas de Torres*, Dissertação de Mestrado, Marketing e Promoção Turística, Leiria, Instituto Politécnico de Leiria.

<sup>7</sup> Reis, João (2011), *A Informação Turística eletrónica na rota histórica das linhas de Torres como Contributo para o consumo de experiências Turísticas Singulares*, Tese de Doutoramento em Geografia, Planeamento Geográfico e Urbano, Lisboa, Universidade de Lisboa.

Nos âmbitos que me são mais caros, património, cultura, mas também o historiográfico, os campos para onde esta dissertação mais se direciona, nem por isso se verificou uma quantidade significativa de trabalhos sobre estes vários âmbitos, com exceção para o campo historiográfico, onde vários autores se debruçaram já sobre esta temática. Exemplo disso são alguns autores que escreveram sobre as Linhas de Torres, que poderão de alguma forma ajudar a presente dissertação no que concerne à contextualização acerca das Linhas de Torres Vedras, como António Pires Nunes que escreve acerca das Guerras Napoleónicas e descreve as Linhas de Torres<sup>8</sup>, ou até publicações da PILT “As linhas de Torres Vedras – Um sistema defensivo a norte de Lisboa”, um trabalho que pretende fazer uma descrição acerca das linhas e da sua história. Ainda no sentido de contextualizar o objeto de estudo, o trabalho efetuado por Francisco Sousa Lobo foi de extrema importância, já que a partir da variedade de temáticas por ele abordadas, foi possível fazer uma análise da organização do terreno das Linhas de Torres. Mais importante, porque o tema desta dissertação prende-se com a Rota das Linhas e não com as Linhas em si, a obra de Sousa Lobo descreve o desenrolar da criação da Rota, chegando ainda a focar a criação do seu núcleo de gestão<sup>9</sup>. Algo que também faz João Gomes Seabra num artigo em que descreve o processo do projeto comum<sup>10</sup>. Também o artigo de Florbela Estevão acerca da paisagem ambiental e da experiência deste projeto<sup>11</sup>, foi passível de contribuir para esta investigação.

Para esta dissertação, como já referido anteriormente, o património cultural é algo de muito relevante. Desta forma, Françoise Choay<sup>12</sup> foi a autora escolhida para alguns enquadramentos teóricos relacionados com este conceito.

Foram ainda analisados outros exemplos de rotas, selecionadas devido à sua proximidade com o modelo de gestão intermunicipal, extensão da área de intervenção (compostas por mais

---

<sup>8</sup> Nunes António Pires (2004) «A Terceira Invasão Francesa» in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol.3, Lisboa, Circulo de Leitores., pp 90 – 147.

<sup>9</sup> Lobo, Francisco de Sousa (2015), *A Defesa de Lisboa – Linhas de Torres Vedras, Lisboa, Oeiras e Sul do Tejo (1809 – 1814)*, Cascais, Tribuna da História.

<sup>10</sup> Gomes, João Seabra (2007), “Rota Histórica Defensiva das Linhas de Torres Vedras: projeto comum”, in Museu Municipal de Vila Franca de Xira (Dir) – *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira – Perspetivas de Gestão de Bens Culturais*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 105-107.

<sup>11</sup> Estevão, Florbela (2013), “A experiência do projeto da Rota Histórica das Linhas de Torres: Uma paisagem polivalente”.

<sup>12</sup> Como por exemplo: Choay, Françoise (1999), *A Alegoria do Património*, 3ª ed., Lisboa, Edições 70 e Choay, Françoise (2009), *As Questões do Património Antologia para um Combate*, Lisboa, Edições 70.

de uma região), assim como pelo seu reconhecimento em Portugal. Foram elas a Rota do Românico e a Rota das Judiarias, assim como o Projeto Vale do Varosa, exemplos passíveis de estabelecer comparações e proporcionar equivalências. Nesse sentido os *websites* das mesmas foram analisados de modo a tentar apreender alguns pontos de contacto entre as três Rotas, dados a serem posteriormente tidos em conta aquando da análise realizada.

Como o trabalho efetuado aborda a questão da gestão de património foram ainda analisados vários textos acerca do mesmo tema, como o artigo de Carla Amado Gomes acerca da Gestão de Património Imóvel<sup>13</sup> ou a tese de doutoramento de Rita Anastácio, que aborda a gestão orientada do património cultural e o seu contributo para um desenvolvimento sustentável. O trabalho intitulado *Património Cultural edificado – Reflexões em torno da Gestão do Património Classificado*, obra de vários autores, foi também objeto de análise no âmbito desta investigação<sup>14</sup>. Foi também tido em conta um artigo do IIEFP – Gestão do Património – Plano Oficial das Autarquias Locais<sup>15</sup>. Neste documento podem ser encontradas várias definições acerca do conceito de património, que foram utilizadas neste trabalho. Também outro artigo, referente à problemática da gestão de património, no caso mais especificamente acerca de Vila Franca de Xira, da autoria de Elísio Summavielle foi importante para este trabalho<sup>16</sup>. Sendo ainda relevante um estudo acerca de experiências de gestão, que aborda vários tipos e modelos diferentes de gestão patrimonial em vários lugares património mundial do território português, da autoria de Margarida Alçada, Katri Listizin e Kerstin Manz, numa parceria do Turismo de Portugal com a UNESCO<sup>17</sup>.

---

<sup>13</sup> Amado, Carla (2015), “O preço da memória: a sustentabilidade do património cultural edificado”, I Congresso Luso-Brasileiro de Direito do Património Cultural.

<sup>14</sup> Bernardes, João Pedro *et.al* (2014), *Património Cultural edificado – Reflexões em torno da Gestão do Património Classificado*, Revista Lusófona de Estudos Culturais, Vol.2.

<sup>15</sup> Profissional, Instituto do Emprego e Formação (2002), *Gestão do Património, Plano Oficial das Autarquias Locais*.

<sup>16</sup> Summavielle, Elísio (2007), “ A Gestão do Património como um bem comum”, *Museu Municipal de Vila Franca de Xira (Dir) – Conhecer o Património de Vila Franca de Xira – Perspetivas de Gestão de Bens Culturais*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 77-80.

<sup>17</sup> Alçada, Margarida; Listizin, Katri & Manz, Kerstin (2013), *Turismo e património mundial: seleção de abordagens e experiências de gestão em sítios do património mundial de origem e influência portuguesa*, Turismo de Portugal/ UNESCO.



## **1.5. Património Cultural, Rotas e Gestão**

### **1.5.1. O Património Cultural**

Tendo este trabalho por base o património cultural foi necessário rever e aferir algumas considerações acerca deste conceito.

Para Françoise Choay, património cultural caracteriza-se por:

“Obras e obras – primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos” (Choay, 2000:11).”

“A ideia Francesa de Património – especificamente conceito de herança – subscreve também um sentimento de grandeza estética” (Choay: 2001).”

Na definição de Património Cultural socorri-me dos conceitos apresentados pela UNESCO, que em 1972 apresentou a definição de património cultural:

“Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico” (UNESCO:1972).

Em Portugal, a Lei de Bases do Património 107/2001, especifica no Artigo 2.º o conceito e âmbito do património cultural, determinando o seguinte:

“1 - Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.

2 - A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.

3 - O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

4 - Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.

5 - Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.

6 - Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

7 - O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objecto de legislação e políticas próprias.

8 - A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a protecção e valorização do património cultural e constitui objecto de legislação própria<sup>18</sup>.

Nesse sentido, o património é um produto dos conhecimentos humanos, a partir do qual os presentes devem de ter o dever de reconhecer e receber a herança (de conhecimento e saberes) de um passado, de modo a que o mesmo possa também ser passado para as gerações futuras (Smith, 2006:19).

### **1.5.2. As Rotas Culturais**

Uma Rota Cultural deve ser centrada numa componente patrimonial, sendo este património o elemento que lhe confere identidade.

“Um Itinerário Cultural é uma via de comunicação terrestre, aquática, mista ou outra determinada materialmente, com uma dinâmica e funções históricas próprias, ao serviço dum objetivo concreto e determinado. O Itinerário Cultural deve também reunir as seguintes condições: a) ser o resultado e o reflexo de movimentos interactivos de pessoas e de trocas pluridimensionais contínuos e recíprocos dos bens, das ideias, dos conhecimentos e dos valores sobre os períodos significativos entre povos, países, regiões ou continentes) ter gerado uma fecundação mútua, no espaço e no tempo das culturas implicadas, que se manifeste tanto no seu património tangível como intangível. c) Ter integrado, num sistema dinâmico, as relações históricas e os bens culturais associados à sua existência<sup>19</sup>.”

Se a rota se centra em valores patrimoniais, a sua estruturação deverá ser pensada com base nos recursos da região, incluindo o património cultural nos seus itinerários, utilizando-se este enquanto vetor turístico (Figueira, 2013: 68).

Uma visão breve e geral acerca de outras Rotas assentes em valores patrimoniais existentes em Portugal torna-se por isso obrigatória. Nesse sentido, como já referido, as rotas a

---

<sup>18</sup> Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei 107/2001, *Diário da República*, Iª série-A, 209, 8 de Setembro de 2001.

<sup>19</sup> ICOMOS (2008), *Carta de Itinerários Culturais*.

analisadas foram as seguintes: Rota do Românico, Rota das Judiarias e um projeto semelhante de nome Projeto Vale do Varosa.

A Rota do Românico é um projeto de 1998, integrado numa ação estratégica conjunta dos municípios do Vale do Sousa, são eles:

“Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, e alargada, em 2010, aos restantes municípios da NUT III – Tâmega e Sousa (Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende)”<sup>20</sup>.

O projeto pretende dar a conhecer o património arquitetónico medieval românico que se encontra no território abrangido pelos concelhos referidos. Este projeto é gerido pela VALSOUSA – Associação de Municípios do Vale do Sousa. Tendo como missão a contribuição para o desenvolvimento sustentado do território do Tâmega e Sousa, através da valorização do património cultural e arquitetónico de estilo românico, criando um produto turístico e cultural de excelência. Este projeto estende-se ao longo do Vale do Sousa e do Tâmega, inserindo no seu percurso 58 Monumentos intervencionados<sup>21</sup>, tendo-lhe sido atribuídos prémios, como o Prémio Turismo de Portugal 2009/ Requalificação de Projeto Público; *National Geographic Magazine awards 2014*; Prémios Associação Portuguesa de Museologia (APOM) 2013 – Merchandising<sup>22</sup>.

A Rota da Judiarias é obra de uma associação de direito privado, que fundou este projeto em 2011. Tem como fundamento uma atuação conjunta entre 9 municípios fundadores (no presente fazem parte 37 municípios), 6 entidades regionais de Turismo e a Comunidade Judaica de Belmonte, e como fim a defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural, relacionado com a herança judaica<sup>23</sup> em Portugal, procurando conjugar a valorização histórica e patrimonial com a promoção turística, ação que ajudará igualmente a descobrir uma forte componente da identidade portuguesa e peninsular<sup>24</sup>.

---

<sup>20</sup> Municípios que integram o projeto Rota do Românico. Informação disponível em <http://www.rotadoromanico.com/vPT/QuemSomos/ARotadoRomanico/Paginas/ARotadoRomanico.aspx>.

<sup>21</sup> Informações sobre o projeto Rota Do Românico, disponível em: <http://www.rotadoromanico.com/vPT/QuemSomos/ARotadoRomanico/Paginas/ARotadoRomanico.aspx>.

<sup>22</sup> Informação sobre a Rota do Românico, disponível em: <http://www.rotadoromanico.com/vPT/Actualidades/Noticias/Paginas/premiosrrvs.aspx>.

<sup>23</sup> Informação sobre a Rota das Judiarias, disponível em: <http://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/informacoes>.

<sup>24</sup> Informação sobre a Rota das Judiarias disponível em: <http://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/informacoes>.

O projeto Vale do Varosa baseia-se na existência de uma rede de monumentos abertos ao público de forma integrada e apresentados enquanto um todo. A ideia é criar nas áreas pertencentes aos concelhos de Tarouca e Lamego (numa fase inicial) uma rede de estruturas, numa estratégia integrada a nível regional, beneficiando de uma elevada concentração de imóveis históricos de interesse turístico- cultural. A sua gestão pertence à Direção Regional de Cultura do Norte desde o ano de 2009<sup>25</sup>. O projeto do Vale do Varosa realizou um conjunto de intervenções dividido em duas fases: na primeira fase realizaram-se intervenções físicas no Mosteiro de São João da Tarouca, Mosteiro de Santa Maria de Salzedas e Convento de Santo António de Ferreirim. A segunda fase iniciou-se em 2014 e passou pela junção dos seguintes bens patrimoniais a este projeto: Ponte Fortificada de Ucanha e a Capela de São Pedro de Balsemão<sup>26</sup>. Este projeto já recebeu um conjunto de prémios como o prémio AR&PA 2016, APOM 2017 e parece contar com um número de visitas que corrobora a ótica do seu interesse, com cerca de 50 mil visitantes contabilizados em Novembro de 2016, e respeitantes só a esse ano<sup>27</sup>.

O carácter de uma Rota Cultural é conferido pelas suas marcas identitárias, fortemente enraizadas em valores do património cultural; ou seja através do património existente e disponível é possível delinear uma Rota Cultural. Uma rota é assim reconhecida, com o estabelecimento de nexos e ligações entre os valores patrimoniais em presença, significando que uma rota deve ser criada para servir o património que lhe serve de base e não o contrário. Tal é perceptível nas rotas identificadas.

### **1.5.3. Gestão Integrada de Património**

Para analisar o modelo de gestão da RHLT é necessário que se tenha presente as noções de gestão patrimonial, sobretudo os conceitos de gestão integrada, procurados pelo meu objeto de estudo.

Por esse motivo é importante explicar que a gestão integrada do património é um tema analisado por alguns autores, dos quais se pode retirar a seguinte conclusão: a gestão cultural baseia-se na existência de um “contrato público” celebrado entre os promotores da gestão e todas as partes interessadas no bem, sejam elas privadas ou públicas, de forma a poder

---

<sup>25</sup> Informações sobre o projeto Vale do Varosa, disponível em <http://www.valedovarosa.pt/2-3/projeto>

<sup>26</sup> Informações sobre o projeto Vale do Varosa, disponível em <http://www.culturanorte.pt/pt/drcn/projetos-norte-2020/operacao-vale-do-varosa-ii/>.

<sup>27</sup> Informações sobre o projeto Vale do Varosa disponível em <http://portocanal.sapo.pt/noticia/107005>.

apreender-se quais os papéis que cada entidade pode e deve assumir, assim como as responsabilidades de cada uma, de modo a que, ao colocar os interesses globais em primeiro lugar, se promova a sustentabilidade do bem patrimonial, devendo então, de acordo com um plano previamente efetuado, serem mencionadas as direções e orientações a tomar, tendo por base a contribuição de todas as partes interessadas (Alçada, Lisitzin e Manz, 2013: 49).

A Gestão Integrada do Património Cultural é um modelo que pretende em primeiro lugar salvaguardar os bens patrimoniais na sua integralidade, respeitando todas as suas envolventes, físicas e humanas. Pode resultar na musealização dos espaços e na criação de centros interpretativos, permitindo uma acessibilidade mais alargada a mais públicos do património cultural. Este tipo de estratégias toma como essencial um continuado estudo e investigação em dos bens patrimoniais e uma intervenção sobre os mesmos de forma a garantir a sua autossustentabilidade e a autonomia. Este tipo de gestão assenta também num conceito de património integrado, onde está implícita a salvaguarda e valorização. Por património integrado entende-se:

“ [...] tudo aquilo que não sendo essencial à estrutura do edifício, forma com este um todo em termos históricos, artísticos e decorativos. A escultura, pintura mural, vitral, talha, azulejo, estuque, altares”<sup>28</sup>.

“- Os conjuntos: grupos de construções isolado ou reunidos, [...] em razão de sua arquitectura [...]”<sup>29</sup>.

O Património Integrado que se pretende compreender neste trabalho é ainda assim, outro. Ou seja, é património integrado na medida em que é percecionado num conjunto. Isto significa que é um património extenso que envolve várias regiões e que, apesar de não ser contínuo, o mesmo tem outros valores ou componentes associados a si. São eles o meio onde se inserem, urbano ou rural, no fundo, a paisagem onde estão inseridos.

“1. A lei definirá outras formas para assegurar que o património cultural imóvel se torne um elemento potenciador da coerência dos monumentos, conjuntos e sítios que o integram, e da qualidade ambiental e paisagística.

2. Para os efeitos deste artigo, o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promoverão, no âmbito das atribuições respectivas, a adopção de providências tendentes a recuperar e valorizar zonas, centros históricos e outros conjuntos urbanos, aldeias

---

<sup>28</sup> Profissional, Instituto do Emprego e Formação (2002), *Gestão do Património, Plano Oficial das Autarquias Locais*, p. 39.

<sup>29</sup> ICOM (2013), *Conceitos Chave de Museologia*, p. 74.

históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitectónicos ou industriais integrados na paisagem”<sup>30</sup>.

Desta forma este tipo específico da área da gestão demarca-se de outros já que englobam um conjunto de variáveis não se focando em nenhuma deles unicamente, tendo sempre como ideia a valorização e conservação do património na sua totalidade: “Integration as used by these authors is intended to recognize the need to balance heritage conservation, and heritage tourism development”<sup>31</sup>.

Pode assumir-se a gestão integrada como uma gestão de vários elementos e concretizada através da consideração de múltiplos fatores, que vão desde o bem patrimonial em si, à sua conservação e manutenção, passando pelo desenvolvimento regional, do local onde este se insere, promovendo uma interpretação deste património que ajude ao financiamento por parte de outras entidades interessadas (*stakeholders*), interesse esse que se tornará maior devido ao reconhecimento social e económico deste património. A matéria do Turismo deve ter em conta que o fim último será a conservação do património, de maneira a que este não perca o seu marco identificativo. Para este efeito também a comunidade local deverá ser considerada, provido de interesse. Considerando que na maioria dos casos estaremos perante uma gestão por parte de entidades sem fins lucrativas, uma das necessidades essenciais a ser perseguida será a satisfação da comunidade<sup>32</sup>.

“O Plano de Ação é um elemento fundamental do Plano de Gestão. A sua função é dar uma visão geral sobre as ações concretas que permitem implementar os objetivos específicos do Plano de Gestão. Esses planos ou projetos podem estar em diferentes fases; em vias de financiamento ou já em curso. É importante que as ações ou projetos sejam viáveis e partilhados por todas as partes interessadas. Se não forem atuais e realistas, não passarão de uma ‘lista de intenções’ em vez de constituírem uma ferramenta estratégica”<sup>33</sup>.

---

<sup>30</sup> Artigo 44º da Lei de Bases 107/2001, de 8 de Setembro de 2001.

<sup>31</sup> Rabady, R. e T. Jama (2006), *Developing an integrated heritage management approach: the case of Hearne, Texas*, p.4, disponível em <https://www.witpress.com/Secure/elibrary/papers/ST06/ST06001FU1.pdf>

<sup>32</sup> Fuentes, Silvia (2008), *La gestión del Patrimonio Cultural*, p. 8, disponível em [file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-LaGestionDelPatrimonioCultural-2712258%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-LaGestionDelPatrimonioCultural-2712258%20(1).pdf).

<sup>33</sup> Turismo de Portugal e UNESCO (2013), *Turismo e Património Mundial – Seleção de Abordagens e Experiências de Gestão em Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa*, p. 50.

Para operacionalizar este modelo é necessário a criação de um plano estratégico, que através de um plano de ação fundamentado, permitirá a passagem ao plano operacional e executivo dos objetivos inicialmente delineados<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Turismo de Portugal e UNESCO (2013), *Turismo e Património Mundial – Seleção de Abordagens e Experiências de Gestão em Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa*, p. 50.





## 2 – ANTECEDENTES

Para que se consiga fazer uma análise da RHLT é necessário entender a mesma. Tal passa também por estabelecer e tornar perceptível o porquê e o como da sua criação. É nesse sentido que este capítulo surge e demonstra a sua pertinência.

Na altura em que Portugal adere à CEE (1986) inicia-se por parte das entidades municipais presentes no território afetado pelas Linhas Defensivas de Torres, um conjunto de medidas tendo em vista a consolidação da perceção do valor patrimonial que são as linhas. Estas compuseram as primeiras iniciativas em período democrático para a sua salvaguarda patrimonial.

Tanto as autarquias referenciadas como o Exército Português realizaram, ao longo do tempo, algumas ações de reabilitação neste património. A 19 de março de 1988 é assinado um protocolo nos Paços do Concelho de Sobral de Monte Agraço, entre o Exército e as autarquias de Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Vila Franca de Xira e Torres Vedras (Arruda dos Vinhos foi excluída, devido a um lapso) que tinha como objeto as fortificações pertencentes às Linhas de Torres. Este protocolo assinado no Sobral de Monte Agraço preconizava ações de limpeza, conservação e recuperação (esta é a palavra que consta no documento oficial, sendo que deve ser entendida enquanto restauro) de alguns fortes. Preconizava também a realização de uma estratégia de divulgação de factos históricos e militares que deveria ser concretizada pelas câmaras municipais, sob a forma de atividades. No caso de as câmaras o pretenderem, o Exército disponibilizava-se a ajudar. Do mesmo modo as câmaras municipais deviam apoiar e promover as atividades do Exército em relação à promoção das obras militares. É neste protocolo que se torna perceptível, por parte do Exército Português, o reconhecimento destes fortes enquanto bem patrimonial, assim como o reconhecimento da sua importância enquanto tal:

“Considerando que ao exército compete a valorização e divulgação de todos os factos e tradições históricas ligadas à atividade militar nacional, nesta linha se inclua, naturalmente, a dignificação dos Monumentos Militares”<sup>35</sup>.

Ainda no mesmo ano existiu um consenso entre o Exército e as mesmas autarquias, destinado à realização de um projeto que materializasse o objetivo final do esforço conjugado, discutindo e propondo as várias fases e atividades desse projeto<sup>36</sup>. De notar que dos 152 fortes

---

<sup>35</sup> Protocolo de 1988 entre Estado-Maior do Exército e autarquias (Anexo A).

<sup>36</sup> Memorando de 1988, pág. 2 (Anexo B).

conhecidos na altura, o Exército aponta 30 possíveis para ações de restauro. O projeto proposto, que assentava num conceito de progressão de ações com vista à reintegração e animação progressiva das Linhas de Torres Vedras, era já possível constatar (mencionado já no documento) uma vontade em criar um “Roteiro das Linhas de Torres”. Apesar da descrição do projeto ser bastante geral, concisa em certas partes, este propunha já um itinerário, um faseamento das ações a realizar e as formas de promover a animação e valorização turística dos bens patrimoniais. Sendo ainda possível observar algumas sugestões técnicas por parte de observadores convidados, como o caso do engenheiro militar, Francisco Sousa Lobo, especialista em fortificação histórica e Presidente da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos<sup>37</sup>.

## **2.1. As Jornadas Intermunicipais**

Após um período de ausência de ações este tema volta a ser abordado em 1998, quando os municípios contactam o Estado-Maior do Exército Português para questionar a continuidade do protocolo de 1988, assim como definir novas etapas a executar.

O que se constata, neste período de genericamente 10 anos, é uma inércia quase total em relação à conservação e restauro das estruturas militares. Em 1999 começam a serem realizadas ações no sentido de conservação, salvaguarda e valorização dos Fortes das Linhas de Torres. Foram feitos, nomeadamente, levantamentos técnicos do património, assim como de informação histórica relativa à temática (cartografia incluída).

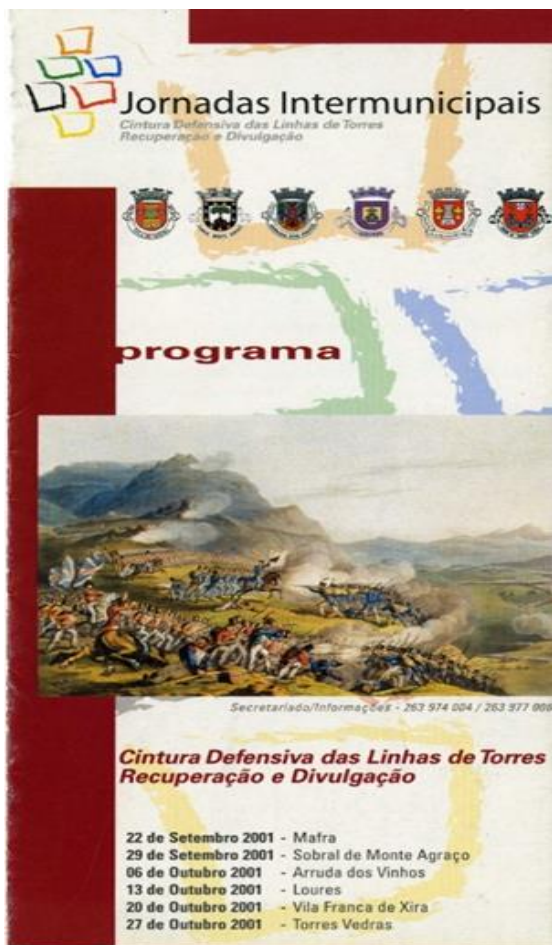
Em 2001 é assinado um protocolo entre o IPPAR e os Municípios de Arruda, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Vila Franca de Xira e Torres Vedras em cuja conclusão surge uma iniciativa destes municípios para divulgação das Linhas de Torres, numa ação denominada *Jornadas Intermunicipais – Cintura Defensiva das Linhas de Torres – Recuperação e Divulgação*, que decorreu entre Setembro e Outubro de 2001.<sup>38</sup>

“Tinha como objetivos principais; a salvaguarda e a recuperação do conjunto e dos elementos que o integram; a apresentação pública dos sítios que vierem a ser selecionados; a criação de condições para a salvaguarda e a requalificação urbana e paisagística nas áreas de implantação de conjunto e dos sítios que o integram“ (Lobo, 2015: 306).

---

<sup>37</sup> Memorando de 1988, pág. 2 (Anexo B).

<sup>38</sup> Da Génese à Rota Histórica das Linhas de Torres “, 2011, Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acedido em 21 Fevereiro 2017.



**Figura 2.2.** Cartaz das Jornadas Intermunicipais. Fonte: Arquivo do MMVFX

## **2.2. Programa de Salvaguarda, Recuperação e Valorização das Linhas de Torres**

Foi na conclusão das Jornadas Intermunicipais de 2001 que o protocolo entre os seis municípios e o IPPAR foi assinado.

Este visou a conceção de um projeto intermunicipal que se viria a tornar o Programa de Salvaguarda, Recuperação e Valorização das Linhas de Torres, programa esse que seria encarado como um programa global de intervenção e que foi apresentado em 2002.

De acordo com o protocolo assinado, a este programa deveria ser sempre aplicada uma estratégia de intervenção global, executada por uma Comissão Técnica de Acompanhamento criada para o efeito. Esta comissão reunia um membro de cada uma das partes interessadas, sendo elas o IPPAR e os municípios de Arruda dos Vinhos, Loures Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira. O programa de salvaguarda definia as ações a realizar, não só as de carácter intermunicipal, como também as ações a realizar por cada um e em cada município, sendo essas ações as de inventário, de limpeza e de desmatação,

levantamentos topográficos e intervenções arqueológicas, assim como trabalhos de arquitetura paisagista e de salvaguarda ambiental<sup>39</sup>.

Dessas ações surgiram projetos específicos, como a criação de circuitos de visita; *design* de comunicação com vista à criação de um logotipo para o projeto; *merchandising*; sinalética, tendo ficado claro que a existência de circuitos de visita deveria ser acompanhada com a implementação de uma sinalética específica; museologia e museografia, através da criação de centros de acolhimento e também de centros interpretativos. Era a interligação de todos estes projetos que dava sentido e corpo a este programa mais geral de salvaguarda, valorização e conservação das fortificações das Linhas de Torres.

Este programa estava bastante detalhado, contendo as ações a desenvolver no âmbito dos projetos Intermunicipais e também no âmbito dos projetos Municipais, tornando evidente que necessária intervenção globalizante para a proteção, valorização e conservação deste património, esta só seria possível através de uma operacionalização territorial através de projetos municipais, numa lógica de execução do pequeno para o grande, ou do meio para fora, já que a partir de pequenos projetos municipais, se poderia beneficiar o projeto intermunicipal em si. Desta forma resulta, nos anos seguintes, um enfoque nestas vertentes e em 2001 o Exército ajudava os Municípios com campanhas de limpeza e desmatção, contribuindo para um maior conhecimento dos valores em presença<sup>40</sup>: “Os reconhecimentos no terreno e os levantamentos que se seguiram criaram uma consciência nas autarquias em relação ao património que tinham entre mãos”(Lobo, 2015:306).

Destas ações referem-se importantes resultados como a identificação e caracterização da totalidade dos fortes existentes em cada município, assim como a sua identificação cadastral, elemento essencial de aferir já que condicionaria e afetaria o desenvolver de qualquer plano, ou projeto que se viesse a concretizar.

---

<sup>39</sup> Da Génese à Rota Histórica das Linhas de Torres “, 2011, Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acedido em 21 Fevereiro 2017.

<sup>40</sup> Da Génese à Rota Histórica das Linhas de Torres “, 2011, Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acedido em 21 Fevereiro 2017.

	Nº de Fortes	Percentagem
Meio Urbano	17	15
Meio Periurbano	14	12
Meio Rural	82	73
Total	113	100

**Quadro 1.2.** Inserção territorial dos Fortes, em 2002. Fonte: Arquivo do MMVFX.

	Nº de Fortes	Percentagem
Obra Completa	22	19
Obra Arruinada	26	23
Vestígios de Obra	33	30
Destruído	32	28
Total	113	100

**Quadro 2.2.** Integridade Física dos Fortes em 2002. Fonte: Arquivo do MMVFX.

Concelho	Fortes Construídos 1809 – 1812	Fortes Existentes (2002)
Arruda	3	2
Loures	18	18
Mafra	43	31
Sobral de Monte Agraço	8	7
Torres Vedras	37	31
Vila Franca de Xira	33	24
	142	113

**Quadro 3.2.** Distribuição dos Fortes por Concelho, em 2002. Fonte: Arquivo do MMVFX.

	Nº de Redutos	Percentagem
Pública	40	35
Privada	47	42
Desconhecido	26	23
Total	113	100

**Quadro 4.2.** Estatuto da propriedade dos Fortes, em 2002. Fonte: Arquivo do MMVFX.

Este tipo de ação - inventariação das estruturas militares existentes - foi determinante para a criação de projeto que se havia desenhado e, nesse sentido, foi ele mesmo concretizado em 2002. Existe, como se pode observar, uma percentagem muito significativa de fortes em meio urbano, o que não significa que outros não se insiram noutra contexto geográfico, como é aliás observável. É perceptível que o contexto de localização dos fortes é variado e disperso. Outra observação que se pode realizar é que dos 113 fortes identificados no ano do inventário, 33 estavam já destruídos. No mesmo inventário apenas 22 fortes foram assinalados como estando completos, uma percentagem escassa, sendo que não se considerou os estragos visíveis nos restantes. Apesar de um elevado nível ou grau de destruição verificada na altura da observação, o valor de conjunto assumido porá este sistema defensivo, coloca no centro de interesse todos os valores patrimoniais em presença.

É ainda possível verificar que, por exemplo em Loures, os 18 fortes continuam a existir, sendo este o resultado mais positivo da observação; ao passo que em Mafra dos 43 fortes assinalados já só restavam 31, tendo sido o concelho que mais perdas registou.

Dos 113 fortes inventariados 42 % estava inserido em propriedades privadas e apenas 35% do global estava na esfera pública. Há ainda a considerar que em 23% -um total de 26 fortes - não foi possível definir o respetivo estatuto cadastral.



**Figura 3.2.** Campanha de limpeza executada pelo Exército Português, no Forte de S. Vicente. Fonte: MMVFX.

Em 2005 realizou-se em Vila Franca de Xira, o Colóquio “As linhas de Torres Hoje: História e Memória” com os seguintes objetivos:

- Reunir entidades para que pudessem promover o processo de recuperação deste património, no que seria mais um esforço das autarquias para a valorização das Linhas de Torres,

- Uma nova tentativa de chamar a atenção do Estado Central, como por exemplo com a criação de uma comissão para o Bicentenário das Linhas, cuja constituição foi definida pelo Ministério da Defesa;

- Desenvolver um novo produto turístico a partir das Linhas de Torres, tendo a DGEMN começado a envolver-se nas ações físicas; também o IPPAR e a Direção Regional de Cultura de Lisboa dão início ao processo de classificação dos fortes das Linhas de Torres, medida que asseguraria a proteção do património<sup>41</sup>. Neste seguimento e evolução dos acontecimentos, o IPPAR abre o procedimento para a classificação de algumas das fortificações das Linhas de Torres em Novembro, nomeadamente as presentes nos municípios de Mafra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras<sup>42</sup>.

### **2.3. Candidatura ao Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE)**

Ainda em 2005 acontece uma outra atividade de relevo, a candidatura ao Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (*MFEEE - EEAGrants*). Esta candidatura surgiu no seguimento da partilha de uma informação por parte do município de Vila Franca de Xira com os restantes municípios sobre a possibilidade de um financiamento europeu, o que não só se justificava<sup>43</sup> como surgia como uma solução para o financiamento do projeto.

“Os EEAGrants representam a contribuição da Islândia, Lichenstein e Noruega para reduzir as disparidades económicas e sociais e para fortalecer relações bilaterais com dezasseis países da União Europeia (U.E) na Europa central e Sudeste e dos Balcãs”<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> “Da Génese à Rota Histórica das Linhas de Torres“, 2011, Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acedido em 21 Fevereiro 2017.

<sup>42</sup> “Da Génese à Rota Histórica das Linhas de Torres“, 2011, Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acedido em 21 Fevereiro 2017.

<sup>43</sup> “Da Génese à Rota Histórica das Linhas de Torres“, 2011, Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acedido em 21 Fevereiro 2017.

<sup>44</sup> Informação sobre o EEAGrants, disponível em <http://eeagrants.org/Who-we-are>.

Após um processo de análise dos elementos necessários para a qualificação a este mecanismo, é preparada a candidatura pelos municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Vila Franca de Xira e de Torres Vedras, com o apoio da DGEMN, candidatura que incidia na recuperação e valorização patrimonial. Torres Vedras apresentou-se ao *EEAGrants* como entidade promotora e os outros municípios enquanto associados<sup>45</sup>. Esta candidatura, submetida em 2006, apresentava já o projeto da Rota Histórica das Linhas de Torres Vedras (RHLTDV), nome que seria posteriormente alterado para Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT). Transcreve-se os objetivos para o projeto tal como apresentados na candidatura ao *EEAGrants*:

“A Rota Histórica das Linhas Defensivas de Torres Vedras apresenta-se nesta candidatura como os seguintes objetivos gerais:

- A salvaguarda, recuperação e valorização do património integrante das Linhas de Torres Vedras.
- A requalificação urbana e paisagística das áreas de implantação do conjunto e dos sítios que o integram, numa intervenção ordenadora, que aproveite e valorize o seu potencial paisagístico e natural.
- A fruição e divulgação das estruturas intervencionadas, permitindo uma leitura de conjunto deste sistema defensivo, que abrange um vasto território.
- A criação de um produto turístico-cultural integrado, de qualidade, captando mais-valias da proximidade de importantes rotas turísticas transnacionais.
- Potenciar as existências patrimoniais e as diversas ofertas gastronómicas, arquitetónicas e de lazer balnear.
- Potenciar a transformação deste importante património cultural e arquitetónico, num pólo de desenvolvimento local, ao nível dos vários municípios envolvidos: Torres Vedras, Vila Franca de Xira, Sobral do Monte Agraço, Mafra, Loures e Arruda dos Vinhos.
- A recuperação da memória deste importante facto histórico, de dimensão nacional e europeia”<sup>46</sup>.

Com estes objetivos a Rota Histórica das Linhas de Torres Vedras assumia-se enquanto um projeto de recuperação de património e de exploração deste mesmo património. O que se acreditava viria a constituir um fator de desenvolvimento da região onde os municípios aderentes estavam integrados. Neste processo de candidatura ao MFEEE é delineada uma

---

<sup>45</sup> EEA – Formulário em português, 12 Agosto 2005, Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acedido em 24 de Fevereiro de 2017.

<sup>46</sup> EEA – Formulário em português, 12 Agosto 2005, Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acedido em 24 de Fevereiro de 2017.



estratégia com várias fases a decorrerem ao longo do tempo, na qual se considerava a “heterogeneidade dos meios onde se inserem os vários redutos”<sup>47</sup>.

Pretendia-se uma estratégia dirigida para a salvaguarda, conservação e restauro e valorização do património das Linhas de Torres, através de um modelo de gestão integrada. Para tal seria necessário a efetivação de proteção legal dos sítios mais emblemáticos das 1ª e 2ª linhas, assim como a requalificação urbana e paisagística da sua envolvente. Pretendia-se também que fosse aproveitado o potencial paisagístico dos locais onde as obras estavam inseridas, situando-se a maioria destas em zonas rurais bastante inalteradas. Este processo culminaria com a criação de um produto turístico-cultural, a Rota Histórica das Linhas Defensivas de Torres Vedras, o qual se pretendia dotar de notoriedade nacional e internacional. Esta rota iria também contribuir para a consolidação da área geográfico-administrativa em questão como um polo de desenvolvimento regional<sup>48</sup>.

A estratégia de intervenção seria faseada em duas partes. A primeira parte caracterizava-se por um fâcies intermunicipal no qual todos os teriam que realizar: 1) estudos técnico-científicos preparatórios; 2) a estratégia de comunicação e *marketing* do projeto (criação de uma marca, design, itinerários e percursos, sinalética, sítio internet, folhetos e guias, catálogos e exposições, colóquios, conferências, seminários e animação)<sup>49</sup>. A segunda parte assumia um fâcies municipal, que embora de acordo com um programa global, pautava-se pelo desenvolvimento de ações que cada autarquia considerasse que deveria promover, consoante o seu próprio interesse, através das quais dava cumprimento ao objetivo de valorização do património.

Perspetivavam-se estas intervenções em cerca de cinco dezenas de estruturas militares nas quais seriam feitas ações de desmatação, consolidação de estruturas, escavações arqueológicas, colocação de sinalização direcional, informativa e histórica, recuperação de estradas militares e criação de centros de acolhimento e de interpretação das Linhas de Torres, além da criação de infraestruturas públicas como parques de estacionamento. Algumas destas ações não contemplavam a utilização de financiamento do programa do MFEEE na sua

---

<sup>47</sup> EEA – Formulário em português, 12 Agosto 2005, Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acessido em 24 de Fevereiro de 2017.

<sup>48</sup> EEA – Formulário em português, 12 Agosto 2005, Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acessido em 24 de Fevereiro de 2017.

<sup>49</sup> EEA – Formulário em português, 12 Agosto 2005, Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acessido em 24 de Fevereiro de 2017.

totalidade, sendo estas de pequeno impacto primeiramente, e numa outra fase através de utilização de meios financeiros do Estado Português<sup>50</sup>.

A candidatura ao MFEEE, que se inicia como um pretexto para obter financiamento para um projeto de recuperação e valorização Patrimonial, permite a constituição do projeto “Rota Histórica das Linhas Defensivas de Torres Vedras”, projeto que ainda hoje existe, embora sobre outra designação e que consiste no objeto de estudo desta dissertação. É possível inferir que este projeto, que viria a ser uma rota turístico-cultural, inicia-se enquanto um projeto de recuperação do património cultural constituinte do sistema conhecido como Linhas de Torres.

Assim sendo, torna-se pertinente explicar novamente o que é realmente este projeto. O projeto RHLT é um projeto integrado que visa a Recuperação, Valorização e Divulgação do Património respeitante às 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linhas defensivas de Torres, consistindo no restauro parcial do sistema de fortificações militares, construído entre 1809 e 1812, para a defesa da península de Lisboa, quando das Invasões Napoleónicas. É criado para o efeito de valorização um produto turístico-cultural, que consiste no desenvolvimento de circuitos de visita integrados no território dos vários municípios, assentando numa lógica de funcionamento e gestão intermunicipal, sendo esses circuitos apoiados por centros interpretativos<sup>51</sup>.



**Figura 4.2.** Logótipo da Rota Histórica das Linhas de Torres. Fonte: Arquivo Digital Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

---

<sup>50</sup> EEA – Formulário em português, 12 Agosto 2005, Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acedido em 24 de Fevereiro de 2017.

<sup>51</sup> “Da Génese à Rota Histórica das Linhas de Torres”, 2011; Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira “ acedido em 24 Fevereiro 2017.

Em 2006, sentindo as necessidades inerentes a uma boa prossecução e execução do projeto é criada uma entidade que se responsabilizaria pela gestão do projeto da Rota, a Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres - PILT. Esta vem então assegurar o princípio de estabilidade, assim como de cooperação de todos os seus elementos<sup>52</sup>. A PILT é constituída após vários anos de funcionamento da Comissão Técnica (iniciada em 2001<sup>53</sup>) que viria a fazer parte da própria estrutura da PILT. Da gestão do projeto se dará conta na parte seguinte desta dissertação.

---

<sup>52</sup> Câmaras Municipais de Arruda; Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, representadas, na PILT através dos seus Presidentes, e técnicos.

<sup>53</sup> “EEA – Formulário em português, 12 Agosto 2005, Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acedido em 24 de Fevereiro de 2017.



### 3 – A GESTÃO E OS SEUS PROJETOS

A Rota Histórica das Linhas de Torres era finalmente um projeto real e legal, que tinha tido a sua criação no dia 23 de fevereiro de 2007. Um projeto virado para o património militar das Linhas de Torres, que se enquadrava nas regiões de 6 Municípios, Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira. Um projeto que fora criado, entre outros objetivos, com vista à comemoração do Bicentenário das Invasões Francesas no ano de 2008.

#### 3.1. Um processo em evolução

Nesta fase do trabalho é agora importante conhecer este projeto, promovendo uma análise do mesmo, identificando as suas componentes de funcionamento e atuação.

Com a sua criação oficial, foi necessário implementar uma estrutura de gestão. Esta foi denominada de Plataforma Intermunicipal das Linhas de Torres, ou PILT, como anteriormente mencionado.



**Figura 5.3.** Logotipo da Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres. Fonte: Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

É necessário compreender este órgão de gestão, para depois verificar quais as suas realizações e a forma como promoveu o tratamento deste património e da própria rota. Assim, foi determinante para esta investigação debruçar-se sobre a regulamentação do órgão gestor do projeto.

Por esse motivo é também importante referir os considerandos que os outorgantes do documento que assinala a constituição da PILT pensaram ser determinante para o propósito que tomavam.

A percepção do valor patrimonial das “Linhas de Torres” assenta no seu reconhecimento enquanto elemento referenciador da arquitetura militar na Europa e no Mundo. A noção da existência deste património na região abrangida por vários municípios obrigou à sua proteção e à tomada de consciência da necessidade de uma recuperação e valorização integrada do património. Todos os municípios pretendiam tornar este património num produto regional de turismo cultural, com uma projeção internacional, que possa servir como motor de desenvolvimento local e da região. Desta forma, os municípios resolveram antecipar, desde logo, as comemorações do Bicentenário das Linhas de Torres, que se viria a iniciar em 2010, evento que os mesmos pretendiam aproveitar para projetar o património das Linhas. Nesse sentido, apresentaram então uma candidatura ao MFEEE, tendo ainda presente a hipótese de no futuro esta “Plataforma” vir a servir para a criação de uma Associação destes Municípios, que teria como objetivos específicos a salvaguarda, divulgação e promoção das Linhas de Torres<sup>54</sup>.

Cito agora as normas assinaladas e assinadas na constituição da Plataforma Intermunicipal, para que desta forma se tenha presente as opções tomadas pelos membros que a criaram e depois a constituíam. No documento é possível ler-se o seguinte:

“(…) Os Municípios acordam entre si, constituir uma Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres, a qual se regerá pelas seguintes normas:

Cláusula 1ª - Os Municípios, através do Presidente de Câmara respetivo ou de Vereador com poderes delegados, obrigam-se a reunir com a vista a:

- a) Acompanhar a tramitação da candidatura referenciada;
- b) Articular os trabalhos de campo a levar a cabo por cada um dos Municípios;
- c) Coordenar e articular o trabalho a realizar pelos técnicos autárquicos afetos ao projeto-candidatura das “Linhas de Torres”;
- d) Proceder à formulação de concursos públicos ou consultas prévias para ações comuns a todos os Municípios;
- e) Elaborar e apresentar propostas ao Governo, de eventos ou realizações supra municipais, constitutivas ou comemorativas do “Bicentenário das Linhas de Torres”:

Cláusula 2ª – As reuniões serão efetuadas em sistema rotativo, em todos os Municípios desta plataforma, seguindo-se a ordem alfabética, em data que será afixada por consenso de reunião para reunião, sendo a primeira no próximo dia \_ de - \_\_, no Município de Arruda dos Vinhos;

Cláusula 3ª – Sem prejuízo de se determinarem previamente os assuntos que deverão ser discutidos na reunião seguinte, o Município onde decorrerá a reunião futura é responsável pela elaboração da agenda de trabalhos e respetivo envio aos parceiros, com a antecedência mínima de dez dias, podendo estes solicitar a inclusão de outros assuntos nos dois dias subsequentes à receção da convocatória;

---

<sup>54</sup> *Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres*, 2006, p. 1.

Cláusula 4ª – Nas reuniões poderão participar, como convidados, pessoas e/ou instituições relacionadas especificamente com os assuntos presentes à reunião, sendo o convite formulado pelo Município organizador da mesma, por iniciativa própria ou por sugestão dos restantes, dando-se informação do(s) convite(s) formulados com a distribuição da agenda;

§ Único – Ao Município organizador da reunião, caberá secretariá-la, elaborar a respetiva ata, a qual deverá ser distribuída nos quinze dias subseqüentes e aprovada na reunião seguinte.

Cláusula 5ª – A presente Plataforma Intermunicipal delibera da seguinte forma:

- a) Por unanimidade em todas as decisões que envolvem encargos financeiros para cada um dos Municípios;
- b) Sem oposição, ou com uma maioria de dois terços dos Municípios, nas restantes deliberações;
- c) Ao Município onde seja proposto a realização de alguma acção ou actividade é conferido o direito de vetar a proposta.

Cláusula 6ª – A participação e/ou representação da Plataforma de Municípios em reunião com outros órgãos ou instituições estatais, será sempre acordada em reunião precedente e, quando tal não for possível, todos os Municípios se farão representar pelo Presidente da Câmara Municipal ou por Vereador com poderes delegados.

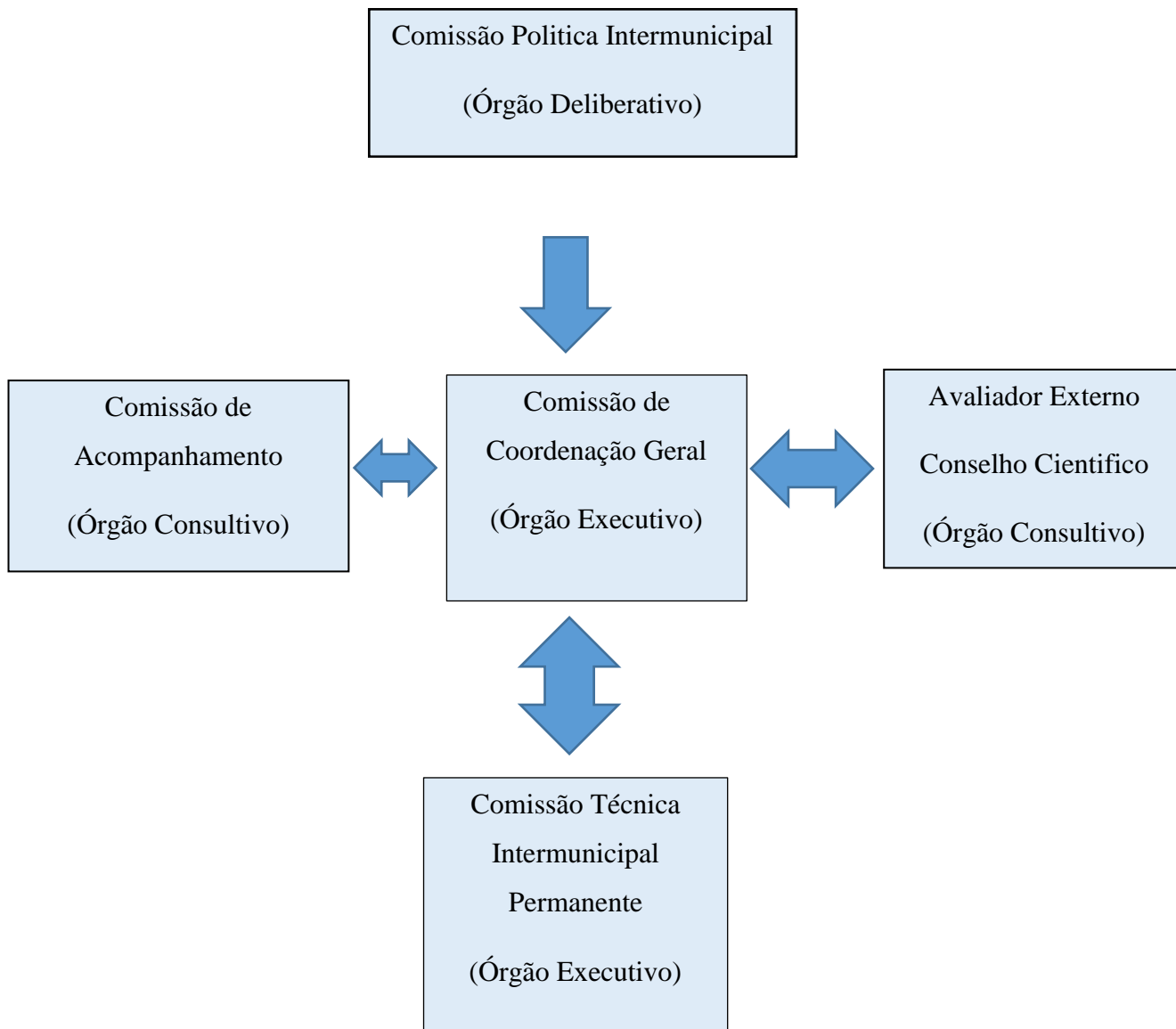
Cláusula 7ª – Tudo o mais omissivo e não declarado e que seja do interesse comum aos Municípios integrantes desta Plataforma, será discutido em reunião convocada para o efeito”<sup>55</sup>.

Um das formas como a PILT se organizou e deliberou, foi a adoção de um sistema que previa a rotatividade das reuniões, nas quais se podiam admitir, na condição de assistentes, pessoas externas à PILT desde que a sua área de atuação e interesse fosse relacionado com a temática; outra condição era a efetivação a estes indivíduos externos de um convite, por parte do município que organizasse a reunião. Entende-se também que o objetivo primário da PILT era, naquele instante, a preparação para o Bicentenário das Invasões Francesas.

A estrutura da PILT (Figura 6.3.) apresenta uma divisão em cinco órgãos de poder sendo eles: poder deliberativo, pertencente à Comissão Política Intermunicipal; poder consultivo, sendo exercido pela Comissão de Acompanhamento, assim como por um Avaliador Externo, o Conselho Científico; o poder executivo, pertencente tanto à Comissão Técnica Intermunicipal Permanente, como à Comissão de Coordenação Geral, órgão sobre o qual passam as decisões tomadas por todos os outros órgãos.

---

<sup>55</sup> “Constituição da Plataforma Intermunicipal das Linhas de Torres”. Museu Municipal de Vila Franca de Xira



**Figura 6.3.** Organograma da PILT (Gomes, 2007:107).

Existindo um órgão de gestão seria possível uma maior facilidade em gerir os processos inerentes ao projeto. Seria também possível, com uma entidade gestora, dotar o projeto das condições necessárias para, em articulação com os setores do mesmo, uma melhor projeção do projeto, garantindo tanto quanto possível a preservação do património das Linhas assim como da sua valorização. Pode então afirmar-se que se esperava que fossem tomadas decisões que



potenciassem este projeto, através de um conjunto de ações que vieram efetivamente a acontecer, como especificarei mais a frente.

Para clarificar ainda mais as ideias, e como foi já perceptível pelas normas da constituição da PILT, a mesma tinha uma autarquia responsável, que ficaria encarregue não só pela Comissão de Coordenação Geral, como também pela Comissão Técnica Intermunicipal Permanente (Gomes, 2007:108). Sendo que o primeiro município que assumiu o cargo da Presidência da PILT foi o de Arruda dos Vinhos, tendo o município de Loures exercido funções como Vice-Presidente.

Ano	Município- Presidente	Município Vice-Presidente
2006	Arruda-dos-Vinhos	Loures
2007	Loures	Mafra
2008	Mafra	Sobral de Monte Agraço
2009	Sobral de Monte Agraço	Torres Vedras
2010	Torres Vedras	Vila Franca de Xira
2011	Vila Franca de Xira	Arruda dos Vinhos

**Quadro 5.3.** Mudanças de Mandato na PILT (Gomes, 2007:108).

O cargo de Presidência da PILT seguiria assim um esquema rotativo por parte de todos os municípios. Deste esquema são de destacar duas particularidades: a primeira, sendo Torres Vedras o município que se candidatou formalmente ao financiamento do MFEEE e que ficaria a organizar e gerir o processo de financiamento do projeto, este município não fica inicialmente encarregue do cargo da Presidência. Aliás apenas o faz em 2010 num processo de seleção através de ordem alfabética. A segunda particularidade é que por cada município presidente existe um vice-presidente respetivo. Entres os anos 2007 e 2011 a presidência da PILT foi assumida pelo município vice-presidente do ano anterior.

A execução de algumas das ações tinha sido já idealizada durante o período que antecede a concretização da RHLT, sendo que as mesmas figuravam já na candidatura ao MFEEE, mais

como linhas de intervenção, do que propriamente como projetos específicos<sup>56</sup>. Desta forma, a realidade demonstrou a criação de um órgão de gestão que pudesse pensar e executar os projetos propostos ao MFEEE.

Ainda no âmbito do processo de criação da PILT e da própria rota foram constituídos grupos de trabalho, que se diferenciavam e destacavam por áreas temáticas, sendo-lhes atribuído o nome de Unidades de Trabalho (U.T.). As U.T. foram as seguintes:

U.T. 1 – Gestão Administrativa e Financeira do *dossier* PT 0027 (número de referência à candidatura ao MFEEE); U.T. 2 – Investigação e Gestão de Informação (valências: Salvaguarda do Património/ Arqueologia/ História); U.T. 3 – Recuperação e Valorização Patrimonial (valências: Estudos e Diagnósticos/ Normalização de Procedimentos/ Coordenado com IGESPAR e DIE); U.T. 4 – Programas Expositivos e Musealização (valências: Obras Militares/ Centro de Acolhimento); U.T. 5 – Publicações (valências: Monografia/ Roteiro/ Outras Publicações/ Conteúdos do Site); U.T. 6 – Comunicação (valências: Ações de Comunicação e Promoção/ Gestão do Site/ Comemorações do Bicentenário); U.T. 7 – Dinamização da RHLT (valências: Turismo/ Desporto/ Serviço Educativo. Esta U.T. subdividia-se em três outras uma por cada valência); U.T. 8 – Programas Financeiros, Parcerias Nacionais e Internacionais<sup>57</sup>.

### **3.2. Novas Direções**

O financiamento ao qual a PILT se candidatou, e que possibilitou a criação e construção deste projeto, tinha inicialmente um período de execução compreendido entre os anos de 2007 e 2011.

Aquando da proximidade da última data tornou-se necessário uma reavaliação do projeto no sentido equacionar a sua sustentabilidade. Foi então, por esse motivo, criado um Plano de Sustentabilidade, datado de janeiro de 2011.

“[...] Torna-se crucial apresentar este documento, o qual enumera e sistematiza as medidas em curso e as que se intencionam implementar na continuidade do projecto, no sentido de assegurar a sustentabilidade da Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT), visando, para além da recuperação e valorização patrimonial, o seu carácter turístico-cultural”<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> *EeaGrants*, p. 5.

<sup>57</sup> Unidades de Trabalho, Fonte: Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

<sup>58</sup> PILT, 2011, *Plano de Sustentabilidade da RHLT*, p.1.

Neste documento podemos encontrar informações pertinentes e que se prendem com a gestão da Rota, sendo ainda possível compreender os passos que teriam que ser dados pela PILT nesse sentido, mantendo a aprioridade da vertente turística.

Uma das particularidades que imediatamente se apreende com a leitura do documento é o facto de os municípios olharem para a rota e para a PILT e recordarem que, aquando da constituição da mesma, um dos objetivos considerados foi a criação de uma Associação. A PILT de acordo com as leituras desse documento constitutivo manifesta-se como um elo de ligação nesse sentido.

Perante as exigências inerentes a um plano de sustentabilidade e à luz da alínea f) dos considerandos do documento que oficializa a constituição da PILT de 16 de Outubro de 2006, é visível que os «municípios encaram a hipótese (...) [da] criação de uma Associação de Municípios de fins específicos, para a salvaguarda, divulgação e promoção das Linhas de Torres» [...] <sup>59</sup>.

Assim o que se pode assumir e concluir após a leitura da Introdução deste Plano é que o mesmo continha informações que dariam a conhecer os passos que viriam a ser seguidos, nomeadamente a constituição de uma entidade associativa. É possível ainda depreender que o mesmo iria permitir uma reflexão acerca de quando e de que maneira a referida Associação para o Desenvolvimento iria surgir.

Os municípios decidiram que a promoção da sustentabilidade do projeto deveria ser pensada em três níveis, sendo eles:

- Gestão da RHLT – PILT (2010 a 2013). Através de uma estratégia de promoção turística nacional e europeia, assim como de investimento e financiamento que partiriam dos municípios que constituíam a PILT; uma vez que o financiamento por parte do MFEEE iria terminar.

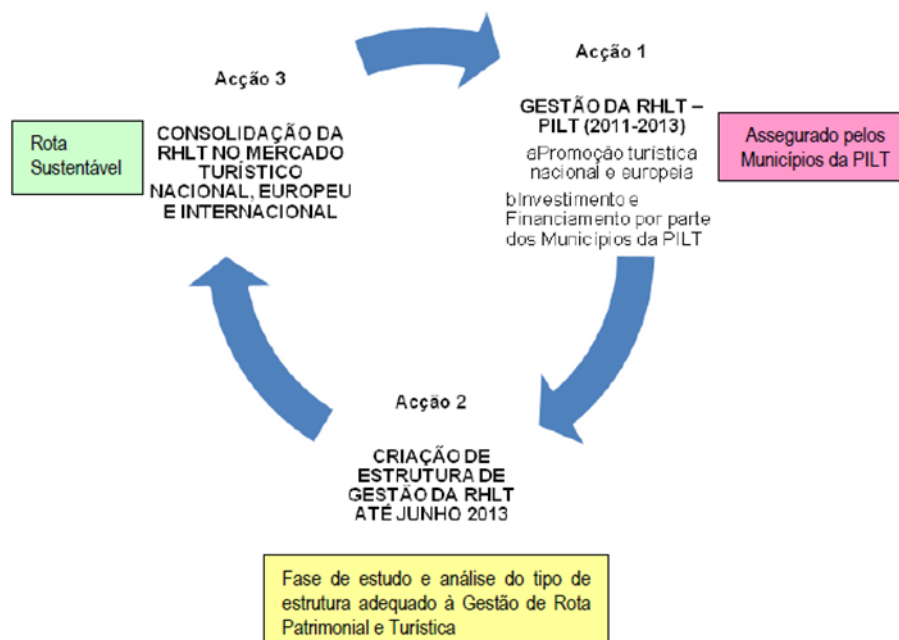
- Gestão da RHLT – Criação de Estrutura de Gestão (até Junho de 2013). A ideia seria conceber uma estrutura que fosse mais aplicável e adequada para a gestão da rota, tendo em conta o seu carácter tanto patrimonial como o seu potencial turístico.

- Consolidação da RHLT no mercado turístico nacional e internacional: através da promoção de produtos turísticos para diversos públicos, que seria realizada diretamente ou através de operadores turísticos.

---

<sup>59</sup> PILT, 2011, *Plano de Sustentabilidade da RHLT*, p.1.

Num plano compreendido entre os anos de 2011 e 2013 a PILT estabelecia o que pretendia realizar nos anos pós-financiamento do MFEEE. Esta seria a fórmula pensada para que a este projeto de Valorização e Salvaguarda do Património das Linhas de Torres se tornasse num projeto sustentável. Mas o que eram realmente e concretamente estas ações? O documento mostra especificamente essas ações, permitindo ter uma melhor perceção de como se pretendia realizar estas ações que parecem ser gerais (ver anexo C)



**Figura 7.3.** Plano de Sustentabilidade da RHLT<sup>60</sup>.

### 3.3. Associação para o Desenvolvimento Turístico das Linhas de Torres Vedras

A 11 de Abril de 2014, três anos após o fim do financiamento do MFEEE e 7 anos depois da criação da rota e da PILT, é criado, sob os auspícios da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, um novo organismo de gestão para as Linhas de Torres.

Este diferenciava-se por ser uma organização de direito privado, com o nome Associação para o Desenvolvimento das Linhas de Torres Vedras. Estiveram presentes na sua criação os seguintes elementos: André Rijo, Presidente da C.M. de Arruda-do-Vinhos; Paulo Piteira Leitão, Vice-Presidente da C.M. de Loures; Ana Isabel Martins que representava o Presidente

<sup>60</sup> PILT, 2011, *Plano de Sustentabilidade da RHLT*, p. 1.

da Câmara de Mafra; José Alberto Quintino, Presidente da Câmara de Sobral de Monte Agraço; Ana Umbelino, Vereadora da C.M. de Torres Vedras, e Fernando Paulo Ferreira enquanto Vice-Presidente da C.M. de Vila Franca de Xira<sup>61</sup>.

É então constituída uma entidade de direito privado, uma associação sem fins lucrativos. O conjunto de associados da mesma era constituído por membros fundadores e não fundadores ou honorários. Podiam aderir à mesma outros municípios, instituições de ensino superior, empresas, ou outras entidades (pessoas singulares ou coletivas)<sup>62</sup>. Nesse mesmo dia são formalizados e aprovados os estatutos, que viriam a reger a atuação da nova entidade em relação às Linhas, procurando num novo paradigma para as mesmas e para os municípios implicados. Ficava ainda delineado que a sede da mesma seria estabelecida em Sobral de Monte Agraço<sup>63</sup>.

Acreditava-se que este momento seria supostamente um abrir, ou desdobrar, de um caminho novo para a valorização e divulgação deste património, assim como para a sua gestão. Vejamos então os novos estatutos e objetivos que servem como base da Rota Histórica das Linhas de Torres – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Cultural das Linhas de Torres.

O artigo 5.º demonstra-se como de maior interesse para o entendimento dos objetivos da Associação, em particular os dois primeiros pontos. Percebe-se que a Associação é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como fins a concretização de interesses específicos nos quais todos os membros se reveem, contribuindo para uma definição e aceitação de um conjunto de interesses comuns. Definia-se como possível a manutenção de relações entre esta associação com outras entidades nacionais, ou internacionais, desde que o interesse permanecesse dentro do mesmo âmbito, que se assumiu como sendo o da valorização das Linhas de Torres e da Rota Histórica das Linhas de Torres.

Assim sendo e de acordo com o mesmo artigo os fins da Associação eram os seguintes:

- A defesa do património cultural, ambiental, histórico, urbanístico das linhas de Torres Vedras;

---

<sup>61</sup> Lobo, 2015:207.

<sup>62</sup> Constituição da Associação para o Desenvolvimento Turístico e Cultural das Linhas de Torres, disponível em <http://publicacoes.mj.pt/Pesquisa.aspx>.

<sup>63</sup> Constituição da Associação para o Desenvolvimento Turístico e Cultural das Linhas de Torres, disponível em <http://publicacoes.mj.pt/Pesquisa.aspx>.

- O intercâmbio de experiências entre os associados, nomeadamente ao nível da conservação do património;

- A planificação e desenvolvimento de uma política de produção e promoção turística, que corresponda aos interesses dos membros da RHLT;

- A planificação estratégica de uma política cultural de acordo com os objetivos da RHLT;

- A Regulamentação e a Gestão da marca RHLT;

- A promoção da consciencialização de proprietários e população da importância histórica e patrimonial deste património;

- Evidenciar o potencial retorno económico para a população e promover o seu envolvimento interativo.

Para o efeito a rota dispunha assim de estruturas operacionais capazes de gerir o projeto, recorrendo a diversas ferramentas de ação como a organização de congressos e seminários para a difusão de informação acerca do património afeto a esta entidade. Do mesmo modo poderia criar publicações próprias acerca do seu interesse específico. Poderiam agora também promover a pesquisa e comercialização de diversos produtos turísticos e culturais, desde que os mesmos se relacionassem de alguma forma com a RHLT. No mesmo âmbito podia promover a criação de produtos e soluções que viessem a possibilitar um maior desenvolvimento. Sendo que para atingir os seus fins, e para ter financiamento para os concretizar, a associação poderia também candidatar-se a fundos comunitários e programas de financiamento europeus, bem como receber ajuda ao abrigo do mecenato cultural<sup>64</sup>. Relativamente ao período de vigência da PILT, a diferença reside no facto desta estrutura para realizar iniciativas semelhantes, estar condicionada a uma certa hierarquia em que um município se apresentava enquanto promotor e os restantes eram apenas entidades participantes. Este facto que agora é ultrapassado, permite uma evolução no sentido do agilizar de processos.

### **3.3.1. Órgãos e Funcionamento**

No artigo nº 11.º do 2.º capítulo são indicados os órgãos da associação e a maneira de funcionamento dos mesmos, que se apresentam de seguida, bem como as suas competências.

---

<sup>64</sup> Constituição da Associação para o Desenvolvimento Turístico e Cultural das Linhas de Torres, disponível em <http://publicacoes.mj.pt/Pesquisa.aspx>.

Os órgãos sociais são a Assembleia Geral, a Direção, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo.

1. Assembleia Geral. Enquanto órgão soberano da associação, é composto por todos os associados, sendo os trabalhos dirigidos por uma Mesa formada por um presidente, um vice-presidente e um secretário. A Assembleia e a Mesa da Assembleia têm competências diferentes.

2. Direção. Órgão executivo da associação, composto por 5 membros eleitos, sendo eles um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal.

3. Conselho Fiscal. Composto por três elementos: presidente, vice-presidente e um vogal;

4. Conselho Consultivo. Do qual podem fazer parte pessoas singulares e coletivas com reconhecido mérito, académico e/ou profissional em áreas ou temáticas relacionadas com a missão da RHLT.

A mudança de paradigma para uma gestão de projeto cultural por parte de uma associação implicou vários aspetos, são eles:

1. A dissolução da PILT, ou seja, a dissolução de uma entidade que apesar de não formal, atuava como gestora desde 2006, atendendo aos parâmetros tanto de salvaguarda deste património como da sua promoção;

2. A criação da Associação Para o Desenvolvimento Turístico e Cultural das Linhas de Torres no ano de 2014. A criação de uma nova entidade gestora, que vem substituir a PILT, com a concordância entre todos os municípios integrados na entidade gestora prévia <sup>65</sup>;

3. A alteração de uma entidade de direito público para uma entidade de direito privado, o que pode originar uma alteração das competências ou até do interesse maior no objeto;

4. A transferência de competência de uma entidade para a outra pode pressupor alterações. São essas alterações que necessitam ser identificadas, para a apreensão da sua realização ou não existência, cuja posterior análise permitirá a compreensão da alteração do modelo de forma a gestão.

---

<sup>65</sup> *Rota Histórica das Linhas de Torres, Balanço da Atividade da RHLT – 2014 – 2016/Reflexão e análise*, 2016, p. 3.

A PILT, entidade que tinha como missão “(...) a salvaguarda, recuperação e valorização do património das “Linhas de Torres” transformando este património num produto Turístico-Cultural, tornando este mesmo num pólo de desenvolvimento local e regional”<sup>66</sup>, tornava-se agora uma entidade de direito privado que tinha princípios basilares bastante semelhantes como “(...) a defesa do Património cultural, ambiental, histórico, urbanístico, das linhas de Torres Vedras (...)”<sup>67</sup>.

Estes princípios baseavam-se numa cultura de intercâmbio das experiências entre os associados em termos de práticas de conservação deste património e numa tradição de planeamento de uma estratégia cultural enquadrada na valorização das linhas de Torres, no desenvolvimento regional, em particular nos processos de integração da população nos modelos de salvaguarda, através da consciencialização deste património e do seu retorno económico. Os princípios e competências destas duas entidades são, nestes pontos, bastante semelhantes. Por um outro lado, enquanto na PILT não existiam outros membros que não os referidos municípios, na nova entidade, o espectro de membros aumenta, já que qualquer entidade se pode associar à mesma, caso o seu interesse resida na “ (...) valorização patrimonial, e promoção turística das Linhas de Torres Vedras”<sup>68</sup>.

A Associação é dissolvida em 2015 mas instituída novamente em janeiro de 2017. Tal aconteceu devido a dificuldades colocadas por parte de entidades do Estado no processo de criação, nomeadamente o Tribunal de Contas, cujo visto prévio de carácter obrigatório com parecer favorável à constituição da Associação era indispensável<sup>69</sup>. Ainda assim a RHLT passou ser gerida pelos novos estatutos e competências da recém-criada associação, sendo que aquando da nova constituição, em janeiro de 2017, apenas se reformula o ato de constituição anterior<sup>70</sup>.

---

<sup>66</sup> *Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres*, 2006, p. 1.

<sup>67</sup> Constituição da Associação para o Desenvolvimento Turístico das Linhas de Torres p.2.

<sup>68</sup> Constituição da Associação para o Desenvolvimento Turístico das Linhas de Torres p.1.

<sup>69</sup> *Rota Histórica das Linhas de Torres, Balanço da Atividade da RHLT – 2014 – 2016/Reflexão e análise*, 2016, p. 4.

<sup>70</sup> *Rota Histórica das Linhas de Torres, Balanço da Atividade da RHLT – 2014 – 2016/Reflexão e análise*, 2016, p. 4.



## **4 – PROJETOS INTERMUNICIPAIS**

A avaliação e identificação das ações que compunham o projeto, concebidas ou propostas tanto pela PILT como pela Associação para o Desenvolvimento Turístico e Cultural das Linhas de Torres, foi essencial para estabelecer o quadro estratégico de ação geral associado a este projeto e dessa forma, entender o que realmente foi feito.

Nesse sentido, começo pelos projetos intermunicipais ou comuns, especificando primeiramente os realizados entre 2007 e 2011, período de tempo que compreende o início e o fim do financiamento do MFEEE. Este intervalo temporal não pressupõe que o financiamento tenha começado ou acabado exatamente nestes anos uma vez que, tendo efetivamente a candidatura sido aceite em 2007, o financiamento não terá começado no mesmo ano, havendo exemplos de ações realizadas ao abrigo deste financiamento ainda em 2012. Certo é que as ações começaram a ser realizadas apenas em 2008 como algumas tabelas demonstram.

### **4.1. Projetos comuns – 2007 – 2014**

Neste ponto é dada a importância aos projetos (ações) que os municípios entre si desenvolveram.

A falta de fontes trouxe várias dificuldades à investigação, não sendo possível completar alguns aspetos da análise que se propunha. Os dados que agora se apresentam foram obtidos com algum custo e causam algum impacto na minha proposta de trabalho inicial uma vez que esta tomava como ideal uma lista completa dos projetos desenvolvidos por cada município, e não apenas os projetos desenvolvidos em conjunto pela totalidade dos municípios. Para evitar situações de favorecimento de uns municípios relativamente a outros, uma vez que os dados não existem para todos os municípios, optou-se por uma metodologia de inventariação dos projetos comuns. Todos estes foram revistos no âmbito desta investigação, tentando-se compreender qual a melhor forma de os apresentar e quais as ações a considerar, tendo sido desvalorizadas ações como «pedido de reunião com Embaixador da Noruega»<sup>71</sup>, já que as

---

<sup>71</sup> *Rota Histórica das Linhas de Torres, Balanço da Atividade da RHLT – 2014 – 2016/Reflexão e análise*, 2016, p. 3.

mesmas não parecem trazer, à primeira vista, qualquer tipo de informação relevante para este trabalho.

Devido também à dispersão das fontes relativas aos projetos comuns (verificável também nos municipais), por vezes a escolha destes não foi fácil, já que existiam várias versões com dados por vezes diferentes. Assim o que se apresenta é uma tabela/lista com o número total identificado de ações implementadas no período de atividade entre 2007 e 2016:

- 2007 – 2011 – Criação do Projeto e financiamento do por parte do *EEAGrants*;
- 2012 – 2013 – Período de reflexão da PILT após o financiamento do *EEAGrants*;
- 2014 – 2016 – Ações dentro da Associação Para o Desenvolvimento Turístico das Linhas de Torres.

Na tabela, a primeira ação que surge em 2012 e 2013 poderia ser considerada como um conjunto de várias ações singulares com vista a um mesmo resultado comum, pois é possível ler na sua descrição que todas as várias ações se enquadram dentro de uma única: a promoção da RHLT no mercado turístico nacional e europeu. Por outro lado as ações - «participação na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa», têm uma correspondência entre os anos de 2012 a 2016, tal como acontece com as ações «Criação de Website da RHLT 2014 A 2015; Comemorações dos 250 anos de Francisco Ciera I – II», de 2015 a 2016 e na ação «Relatório de monitorização das estruturas militares visitáveis». Tal verifica-se porque estas três ações foram realizadas em dois ou mais anos. Outra observação que se pretende ter em conta é o facto de as atividades do período 2012 – 2013, perante a impossibilidade de se compreender da sua concretização, levou a uma análise diferente, e da qual sendo este o período em que menor informação oficial é encontrada, se possa pressupor que as atividades possam não ter sido realizadas. Exemplo disso são as ações «Promoção da RHLT no mercado turístico nacional e europeu», que na sua leitura, percebem-se mais pequenas ações que estão integradas na mesma.

Data	Descrição	Tipo de Ação	Execução		
			Sim	Não	Sem informação
2007 - 2011	Estudo de Arqueologia Naval e Hidráulica	Investigação			X
2007 – 2011	Estudo da Caracterização dos Materiais	Investigação	X		

2007 – 2011	Estudos Técnicos Investigação Histórica/ Militar	Investigação			X
2007 – 2011	Estudo de Linha de Mobiliário e Equipamento de Apoio	Salvaguarda	X		
2007 – 2011	Plano de Comunicação (Criação de Imagem da RHLT) e Merchandising	Comunicação	X		
2007 – 2011	Criação de Website	Comunicação	X		
2007 - 2011	Publicações e Edições	Promoção	X		
2007 – 2011	Guia da Rota Histórica das Linhas Defensivas de Torres Vedras	Comunicação	X		
2007 - 2011	Divulgação e Promoção Através Exposições e Seminários	Promoção	X		
2007 – 2011	Criação de Prémio de Investigação “As Linhas de Torres”	Investigação	X		
2007 – 2011	Criação do G-30 (Grande Rota das Linhas de Torres)	Salvaguarda		X Apesar da sua criação que nem todos os Municípios conseguiram ainda aderir	
2007 – 2011	Criação de Sinalética Rodoviária e Explicativa	Salvaguarda	X		
2007 - 2011	Criação de Monografia da Rota das Linhas de Torres	Investigação	X		
2012 - 2013	Promoção da RHLT no mercado turístico nacional e europeu utilizando - Captação de Públicos – Através da Criação de Pacotes Turísticos; Envolvimento dos Operadores Turísticos; Divulgação em feiras Turísticas; Captação de Parcerias, Promoção do G-30; Dinamização em rede dos CILT; Realização de mostras e festivais gastronómicos;	Promoção			X

	Dinamização de recriações históricas: Produção de Merchandising RHLT; Promoção de Publicações;				
2012 – 2013	Manutenção e conservação das estruturas intervencionadas no PT0027, através de: Monitorização; Planos anuais de manutenção;	Salvaguarda		X	
2012-2013	Investigação sobre as temáticas, de História; Arqueologia; Patrimonial e ambiental; assim como possibilitar a Renovação de conteúdos e dinamização dos Centros de Interpretação (CI)	Investigação			X
2012 – 2013	Criação de uma nova Estrutura de Gestão da RHLT	Salvaguarda	X		
2012 a 2015	Participação na Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL '12 – '13 – '14 – '15 – '16	Promoção	X		
2014	Criação/ execução de um estacionamento	Comunicação		X Ausência de Financiamento	
2014	Proposta de Criação do Dia Nacional das Linhas de Torres	Promoção	X		
2014	Participação na cerimónia de entrega dos prémios da União Europeia para o Património Cultural/ Prémios Europa NOSTRA 2014 (suportada pelo município de Torres Vedras)	Salvaguarda	X		
2014	<i>Local Award Ceremony</i> na Fundação Calouste Gulbenkian	Salvaguarda	X		
2014	I Encontro sobre Arqueologia e Museologia das Guerras Napoleónicas	Investigação	X		
2014	<i>Workshop</i> para Elaboração de Plano Estratégico da RHLT	Salvaguarda		X Impossibilidade de da equipa técnica	
2014	Candidatura à Marca de Património de Europeu'14	Salvaguarda	X		
2014	Criação de página de <i>Facebook</i> da RHLT	Comunicação	X		

2014	Erasmus +: Linhas de Financiamento para as Linhas de Torres	Promoção	X		
2014	Audiência com o Secretário de Estado da Cultura	Salvaguarda	X		
2014	Estabelecimento de critérios para a seleção dos membros do Conselho Consultivo	Salvaguarda		X Ausência de desenvolvimento da proposta inicial pela equipa técnica	
2014	Execução do Merchandising da RHLT	Promoção		X Ausência de Financiamento	
2014	Criação do regulamento para atribuição de SELO RHLT a parceiros	Promoção		X Ausência de Proposta da equipa Técnica	
2014	Estudo de Viabilidade Económica e Financeira para a RHLT	Salvaguarda	X		
2014	Candidatura ao programa COSME	Salvaguarda	X		
2014 a 2015	Criação <i>Website</i> da RHLT	Comunicação		X Ausência de Financiamento	
2014 a 2015	Comemorações dos 250 anos de Francisco Ciera I - II (Figura importante no desenho das Linhas de Torres)	Salvaguarda	X		
2014 a 2015	Relatório de monotorização das estruturas militares visitáveis	Salvaguarda		X Em ambos os anos houve impossibilidade de da Equipa Técnica	
2015	Visitas de Formação/divulgação da RHLT para presidentes de JF	Educativo	X		
2015	Formação Turística da RHLT para Técnicos de Postos Turismo	Educativo	X		
2015	Comemoração do dia Nacional das Linhas de Torres “Abraço ao Forte” – dirigido ao público escolar	Educativo	X		

2015	Colaboração nos eventos Marcha dos Fortes e Corrida Espírito Aliança Ultramaratona das Linhas de Torres	Promoção	X		
2015	Participação na Feira do Património	Promoção		X Ausência de Financiament o	
2015	Visita de Formação/ Divulgação para operadores e agentes de Turismo	Educativo	X		
2015	Participação no Congresso Internacional <i>Anglo – Iberian Relations</i>	Investigação	X		
2015	Participação no programa RTP1 “ Verão Total” dedicado à RHLT (Suportada pelos Municípios Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira)	Comunicação	X		
2015	Participação da RHLT no Projeto “Educar para Cooperar: A RHLT e a Cidadania Global”	Educativo	X		
2015	Participação na conferência anual <i>The Best in Heritage</i> (Suportada pelo Município de Torres Vedras)	Promoção	X		
2015	Reedição do Guia da RHLT e mapa Turístico	Comunicação		X Ausência de Financiament o	
2015	Proposta de edição infantil da Verbo, com a autoria do Escritor Alexandre Honrado	Educativo		X Ausência de decisão por falta de quórum	
2015	Relatório e avaliação da participação na BTL	Promoção	X		
2016	Formação para professores: “Educar para cooperar através da Escola – Educação para o Desenvolvimento” nos agrupamentos de escolas da RHLT/ Dois Workshops “Educar para Cooperar: A RHLT e a cidadania Global”	Educativo	X		
2016	Participação no coloquio Praxis V – Através de intervenção sobre - Rota Histórica das Linhas de	Investigação	X		

	Torres: meta-análise de um itinerário				
2016	II Encontro Arqueologia e Museologia	Investigação	X		
2016	Participação na Bienal AR&PA (Suportada pelo Município de Loures)	Promoção	X		
2016	Adesão da RHLT à Pareceria regional BRENDAIT	Salvaguarda	X		
2016	Candidatura à Marca de Património Europeu'16	Salvaguarda	X		
2016	Circuitos de aprendizagem para execução de atividades pedagógicas nos CILT, sobre Património, Cidadania e Desenvolvimento Global	Educativo	X		
2016	Audiência com o presidente do Turismo do Centro/ Audiência com a Secretária de Estado do Turismo/ Visita da Secretária de Estado do Turismo e Turismo de Portugal à RHTL	Salvaguarda	X		
2016	Monotorização das Estruturas Militares Visitáveis	Salvaguarda	X		
2016	Proposta de Adesão à Federação das Cidades Napoleónicas/ Participação na Assembleia Geral da Federação das Cidades Napoleónicas	Salvaguarda		X	
2016	Acordo para a Divulgação das Atividades, promovidas pela RHLT e Municípios que aderiram, pelo Turismo Militar	Comunicação	X		

**Quadro 6.4.** Projetos Comuns RHLT 2007 – 2016.

Optou-se por classificar as ações por temáticas, para que desse modo pudessem ser avaliadas de uma maneira comparada entre si. As temáticas selecionadas foram as seguintes:

- Investigação – Compreende obviamente a construção do conhecimento e seus processos, pelas próprias entidades relacionados com temáticas relativas às Linhas de Torres e ao projeto;

- Salvaguarda – Compreende desde a conservação e manutenção das estruturas e fortes, até à própria gestão do projeto;

- Comunicação – Indo buscar áreas como comunicados, ou publicação de ações ou atividades realizadas, a comunicação em larga escala está também aqui enquadrada, como por exemplo a concretização de plataformas digitais;

- Promoção – Compreende a promoção da RHLT em Feiras de Turismo e Património, *merchandising*, conferências e seminários, assim como o apoio a investigações sobre as temáticas das Linhas, ou seja, tudo o que ajude a promover a Rota.

- Educativo – Atendendo a atividades escolares, para crianças e jovens em contextos de educação formal, informal ou não formal; educação não formal, informal ou formal de adultos, com incidência para ações ou de formação de operadores turísticos

Nesse sentido algumas destas atividades podem ser bastante importantes e promover uma melhor compreensão para a valorização e salvaguarda do património das Linhas de Torres, como criação de sinalética, criação de centros interpretativos, criação do Dia Nacional das Linhas de Torres, prémios Europa Nostra, ou ainda a intervenção nos fortes (não inserido devido a serem ações de cada município) são exemplos claros do mesmo.

A criação de sinalética permitiria o acesso aos fortes de um maior número de visitantes, já que sem a mesma seria impossível saber da quer da existência dos mesmos, quer da sua localização. Por outro lado, a sinalética de aproximação, ou seja, os cartazes de aproximação (que informam o visitante da aproximação de uma estrutura intervencionada, fazendo uma contextualização da mesma) está articulada com a própria criação dos itinerários, que são compostos por 6 circuitos<sup>72</sup>, cada qual com a sua temática interpretativa, localizados em cada um dos municípios, ainda que se interliguem uns com os outros. Esses circuitos são os seguintes: *Torres Vedras na Primeira Linha; Percurso Wellington; A defesa do Tejo; Grandes Desfiladeiros; O Nó das Linhas; Do Palácio ao Atlântico.*

Os próprios centros de interpretação têm também particularidades que são únicas para cada município onde se inserem. Os centros criados são: Centro Interpretativo do Morgado (Arruda dos Vinhos); Centro Interpretativo de Bucelas (Loures); Centro Interpretativo (Mafra); Centro Interpretativo das Linhas de Torres de Sobral de Monte Agraço (Sobral de Monte Agraço); Centro Interpretativo de Forte São Vicente (Torres Vedras) Centro Interpretativo de Forte da Casa (Vila Franca de Xira). A título de exemplo, Vila Franca Xira tem como tema

---

<sup>72</sup> Informação disponível em “Rota Histórica das Linhas de Torres”, <http://www.cilt.pt/pt/rota-historica-das-linhas-de-torres>.



específico os impactos sociais da 3.<sup>a</sup> Invasão Francesa, que estão espelhados no centro de interpretação do concelho denominado Centro Interpretativo de Forte da Casa. Já em Sobral de Monte Agraço o foco está nos Quartéis-Generais e na Estratégia Militar<sup>73</sup>. Por último, o Prémio *Europa Nostra* vem premiar a RHLT no âmbito da Conservação do Património.

Numa outra vertente, uma estratégia e um plano de comunicação permitem a propagação da imagem da RHLT; a criação do *site* é possivelmente uma ação integrada a ter em conta já que através do mesmo há possibilidade de realização, a uma escala alargada, de pesquisas sobre o património que compõe as Linhas, informação acerca da própria Rota enquanto projeto, entre outros elementos. Se a disponibilização de informação num sítio da Internet com acesso livre e globalizado é uma ação de salvaguarda global, por outro lado, o mesmo não serve enquanto um todo já que faz uma maior referência apenas ao CILT de Sobral de Monte Agraço.

A promoção é uma das componentes mais importantes da operacionalização da rota, sobretudo nas matérias de constituição de exposições e na introdução e consolidação do projeto no panorama patrimonial e cultural; o *merchandising* pode ser uma das suas componentes mais práticas e úteis. Os seminários realizados e a atribuição de prémios a investigações sobre a temática tornariam o projeto mais credível, promovendo uma ligação com a comunidade de investigadores, onde novos temas podiam ser abertos à discussão, debate e evolução, enquanto se promovia um contacto mais próximo com um público mais alargado. Por outro lado a existência de prémios para trabalhos de investigação materializaria uma estratégia de investimento em produção de conhecimento, por parte da entidade gestora da rota, contribuindo para atualização de saberes e cimentar o próprio projeto da rota enquanto entidade que promoveria o aumento do conhecimento.

A formação e a área educativa seria também uma outra componente essencial. Os operadores turísticos aprenderiam, através de ações de formação, a compreender melhor este património. Também as atividades com crianças possibilitariam ações de promoção do valor do património, já que as escolas inseriam dentro dos seus planos de atividades tempos específicos para o trabalho com a rota e o seu património integrante. O trabalho com as escolas permitia ainda a execução de um dos objetivos da gestão integrada e que se referia à promoção do desenvolvimento social.

A colaboração com o projeto, de outros elementos, nomeadamente associações locais poderia trazer benefícios maiores, já que se potenciaria uma interligação entre o conhecimento

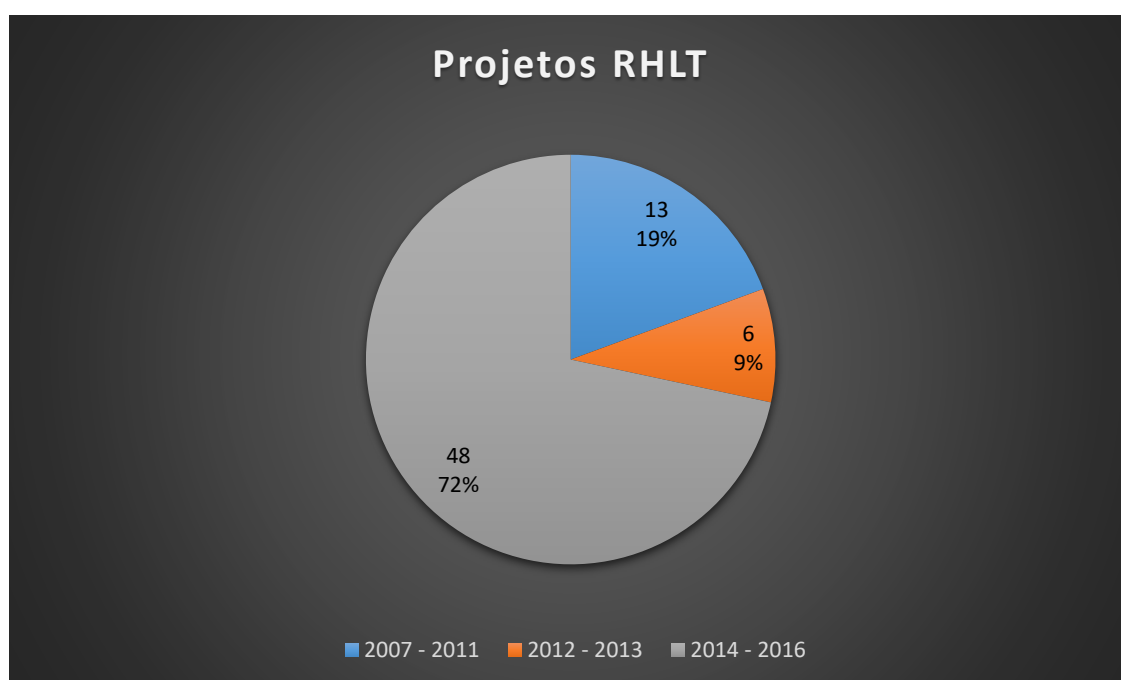
---

<sup>73</sup> “Da Génese à Rota Histórica das Linhas de Torres“, 2011, Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acedido em 25 Julho 2017.

deste património e temas relacionados com o mundo global de hoje, como por exemplo o caso da poluição. Esta análise fundamenta-se também na minha experiência de trabalho enquanto estagiário do Município de VFX, nas sessões transversais de aprendizagem, e enquanto estagiário técnico da RHLT através dos contactos com a AIDGLOBAL (Associação para a Ação e Integração para o Desenvolvimento Global).

A nível da componente de Investigação, o aumento do conhecimento disponível sobre este património e a constante atualização sobre novas maneiras de o salvaguardar e valorizar têm um correspondente nas ações realizadas como o Colóquio Praxis V, realizado em 29 de julho, em Proença-a-Nova, dedicado ao Tema, “Os patrimónios da Terra e do Homem: linhas de valorização e desenvolvimento sustentável na Beira Baixa”<sup>74</sup>.

Com base na tabela acima apresentada (Quadro 6.4.) foi possível fazer uma análise ao conjunto das ações desenvolvidas, atendendo ao seu número, anos de realização e às suas temáticas.



**Figura 8.4.** Projetos da RHLT entre 2007 e 2016.

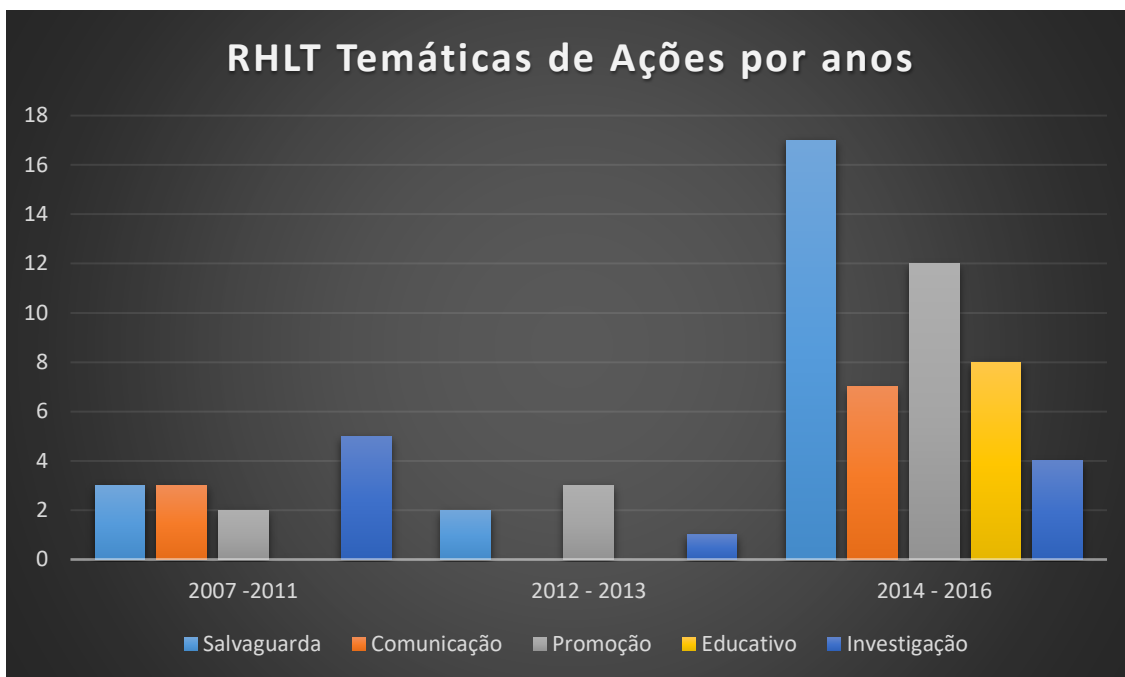
Fica claro que, atendendo aos números e percentagens de ações executadas ao longo dos anos, um maior número de ações foi projetado para os anos de 2014 e 2016 comparativamente

<sup>74</sup> As informações sobre este colóquio estão disponíveis em <http://www.ipt.pt/praxisV/?pagina=apresentacao>.

ao início da sua atividade. Tal pode significar um evoluir positivo do processo e do próprio projeto, no sentido em que à medida que se adquire uma melhor compreensão do projeto, vão-se projetando e realizando mais ações que possibilitam uma melhoria e um crescimento global do mesmo.

Mas, analisando caso a caso, alguns aspetos como o desenvolvimento de uma ação maioritariamente municipal na intervenção dos fortes, por exemplo a de 2011, período ainda inicial do projeto, é por demais evidente. Não obstante a criação do projeto, entre 2007 e 2011 há um número diminuto de ações comuns. Ou ainda, o facto de após o financiamento por parte do EEAGrants, nos anos correspondentes a 2012 e 2013, a PILT ter de criar projetos menos ambiciosos devido à falta do referido financiamento. Mas para tal contribuiu também este período ter constituído um momento de reflexão sobre o projeto para, o que deverá ter levantado dúvidas à PILT sobre quais os passos a tomar, numa altura em que a ajuda do EEAGrants terminava. Isso teve impacto no número de ações propostas como é possível apreender no gráfico da figura 8.4. Não se pode esquecer ainda que neste período Portugal iniciou um período conjuntural marcado por uma crise financeira, algo que poderá ter também condicionado a criação de ações a dimensões e fulgores variados. Além de que pode ter existido um considerável gasto de tempo na delineação da nova estrutura de gestão que estaria para ser implementada.

Da mesma forma, com a criação da Associação e as suas novas competências, pode assumir-se que houve um novo fluxo de ideias passíveis de serem promovidas por parte desta estrutura. O facto da associação se dissolver a determinada altura não parece ter feito o projeto carecer de ações, já que o número destas, relativas a este período, conheceu um aumento bastante significativo.

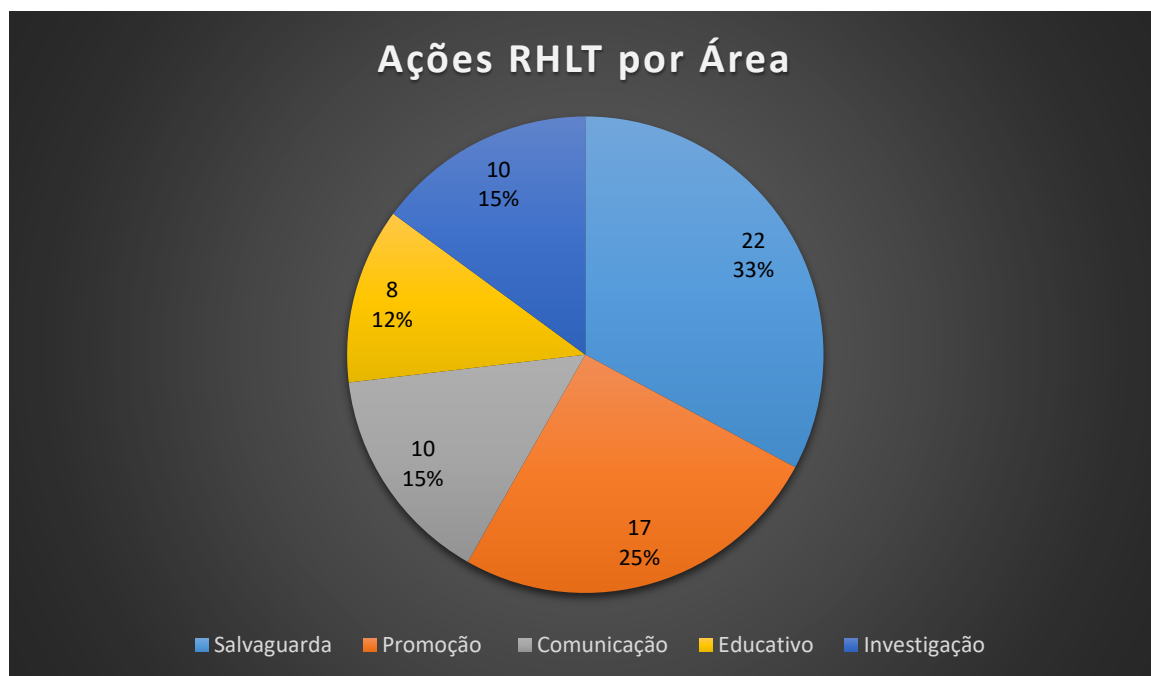


**Figura 9.4.** Projetos da RHLT, por áreas temáticas, entre 2007 e 2016.

As temáticas utilizadas para descrever as ações deste projeto ajudam identificar as opções estratégicas por parte da entidade gestora. Não foi identificada nenhuma ação temática, continuamente em primeiro ao longo dos anos, o que significa que o número de ações de cada temática variava em determinado período de tempo, não sendo possível verificar uma predominância de determinada temática, num regime de continuidade anual, ao longo da evolução deste projeto.

Se nos primeiros tempos as ações centraram-se mais na temática da Investigação e se dividiram equitativamente entre a Salvaguarda e a Comunicação, havendo algum lugar para ações de Promoção, nos anos que fazem referência ao Plano de Sustentabilidade (2012 – 2013) as ações de Promoção parecem ter desempenhado um maior papel na estratégia da entidade gestora, ainda que haja duas ações de salvaguarda. Já no período de vigência da Associação enquanto entidade gestora, verifica-se uma nova alteração na predominância das tipologias temáticas, com as ações de Salvaguarda a assumirem um excepcional papel quando comparadas com as outras. Por outro lado, se observarmos as ações de Comunicação, a sua relevância é algo inconstante, já que aparecem nos primeiros anos, mas só são retomadas mais tardiamente e sob a intervenção da Associação. As ações de Promoção são relegadas para um segundo plano. Já as ações Educativas só são consideradas com a constituição da Associação, existindo mesmo maior número de ações durante esse período do que as ações de Comunicação e Investigação; mais, significa que quando comparado com outros anos, as ações da temática correspondente

ao Educativo têm um número maior em 2014 – 2016, do que cada uma das outras ações nas balizas de 2007 – 2011 e 2012 – 2013, ainda que, como observável, as ações Educativo só tenham aparecido neste período final.



**Figura 10.4.** Ações da RHLT, por áreas temáticas.

Uma outra ilação que se pode realizar a partir da análise dos dados deste estudo é o número considerável de ações comuns consideradas no âmbito do projeto da rota como um todo e durante todo o seu período de existência. Veja-se que as ações de Salvaguarda ocorrem em número superior quando comparadas com as outras, já que com 22 ações o mais próximo desta temática acaba por ser a temática de Promoção do projeto, que conta com cerca de 17 ações. Por outro lado percebe-se que num período global de 9 anos houve um total de 75 ações; desse total apenas 33% se referem a ações de Salvaguarda deste património, o que apesar de significar um número maior do que cada uma das outras temáticas individualmente, não se aplica quando as juntamos, ou seja, as temáticas Promoção, Comunicação, Educativo e Investigação quando colocadas juntas têm uma percentagem maior do que as ações de Salvaguarda. Esta conclusão pode presumir que existe apenas uma diferença de 9% entre a temática mais proposta - a da Salvaguarda - e a segunda mais utilizada - a da Comunicação. O mesmo não se verifica quando se compara a temática mais utilizada face a todas as outras, o que pode significar uma percepção da importância da Salvaguarda do património afeto a este projeto, mas também dos outros

objetivos do projeto, que perspetivam um incentivo turístico, assim como um retorno social (prestação a nível do Educativo). O que se vê é um equilíbrio das temáticas das ações como um todo. Esta política de equilíbrio entre as temáticas das ações reflete-se também na Figura 9.4., sobretudo na última fase temporal da evolução do projeto. Tal pode significar que a perceção e gestão do projeto se tornam diferentes neste período, existindo uma maior consciencialização do que é realmente pretendido com o projeto, agora que o mesmo se encontra construído e a funcionar pelos meios próprios dos seus gestores, sem recurso a financiamentos estrangeiros, utilizando apenas os financiamentos públicos (sobretudo os municípios).

## 5 - A RHLT E AS CONCEÇÕES DA GESTÃO DE PATRIMÓNIO

Ao chegar a este ponto no trabalho importa agora olhar para o que foi feito pelo projeto Rota Histórica das Linhas de Torres e pelo seu órgão de gestão.

Torna-se necessário rever a candidatura ao EEAGrants, a criação da PILT, o próprio projeto da rota, das transformações na entidade gestora, mas acima de tudo reanalisar os seus objetivos e as suas ações, enquadrando os principais resultados numa prática internacionalmente assumida como relevante para a salvaguarda e valorização de património cultural e de gestão e Rotas e Itinerários Culturais.

Manter o valor universal do património, a sua integridade, promover a sua conservação, garantir a sua existência devem ser os principais vetores que movimentam qualquer pessoa ou entidade, ao qual qualquer tipo de património esteja afeto, tal como especificado no artigo 4.º da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural.

“Cada um do Estados parte na presente Convenção deverá reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural referido nos artigos 1º e 2º e situado no seu território constitui obrigação primordial”<sup>75</sup>.

Ao analisar a RHLT podemos assumir que os seus *stakeholders*<sup>76</sup> têm sido quase exclusivamente os municípios que integram o projeto desde o seu início. Podemos ainda aferir que o Exército Português tem também estado presente enquanto parte interessada, ao longo do tempo, desde um momento de antecedentes, do qual é testemunho o memorando de 1988, até a criação do projeto em si, através da incorporação da DIE (Direção de Infraestruturas do Exército) dentro das U.T, numa harmoniosa relação entre ambas as partes. O Exército Português sempre pretendeu a valorização e conservação destes bens culturais, auxiliando e assistindo as entidades gestoras do projeto, sobretudo com ações de limpeza e de desmatização, de investigação, assim como de divulgação.

---

<sup>75</sup> Art.º 4º da *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, 1972.

<sup>76</sup> Uma pessoa, grupo ou organização que tenha interesse em uma organização. As partes interessadas podem afetar ou ser afetadas pelas ações, objetivos e políticas da organização. Informação (traduzida) sobre STAKEHOLDER disponível em: <http://www.businessdictionary.com/definition/stakeholder.html>

Para além desta instituição, as entidades oficiais portuguesas que têm como objetivo a proteção patrimonial têm estado também atentas à situação das Linhas de Torres. Tal está presente na delineação do programa de ações na candidatura aos EEAGrants. O facto de os municípios serem uma entidade pública de administração local pressupõe a existência de sinergias entre os órgãos da administração do Estado, criadas para uma boa gestão do projeto, algo que a criação da entidade gestora PILT pressupunha, uma vez que continuava sobre o domínio dos municípios e numa lógica de gestão pública.

Quando se verificou uma alteração da entidade de gestão do domínio público para uma entidade do domínio privado, com a criação de uma Associação, a Rota passou a ser gerida numa lógica diferenciada e que lhe permitiria uma maior agilização nos processos, facilitando a sua gestão e uma maior autonomia para a candidatura a financiamentos externos, para um maior aproveitamento das potencialidades do projeto, através de apoio financeiro nas áreas consideradas como necessárias. A componente financeira não está estabelecida enquanto fator essencial.

“Esto supõe que las variables económicas tales como resultados, rentabilidad o recuperación de la inversión, que en sector privado tienen significado propio, dejan de tener relevancia, Así, la forma de evaluar la eficacia de un proyecto pasa por un control de la gestión que siga muy de cerca la misión y el desarrollo de los objetivos del servicio”<sup>77</sup>.

No âmbito das questões relacionadas com o financiamento, entendia-se que este deveria ser realizado faseadamente através do estabelecimento de prioridades de ação, para que fosse possível candidatar o projeto a diferentes e diferenciados mecanismos de financiamento concorrentes para a salvaguarda e conservação do património<sup>78</sup>.

Olhando para os momentos iniciais do projeto percebemos que este financiamento aporta-se a diferentes conjuntos de ações a realizar em duas balizas temporais: 2007 a 2010<sup>79</sup>; e em duas tipologia: uma de cariz intermunicipal e a segunda municipal. Por outro lado, ao relembrar o tipo de ações propostas por anos, percebe-se que no início do projeto, há uma alocação de verbas especificamente a áreas temáticas, sendo que o grande esforço inicial resulta em ações de Investigação, necessárias e essenciais para uma melhor compreensão do património e projeto em mãos.

---

<sup>77</sup> Fuentes, Silvia (2002), *La gestión Del Patrimonio Cultural*, p. 9.

<sup>78</sup> ICOMOS (2008), *Carta sobre Itinerários Culturais*.

<sup>79</sup> EEAGRANTS, 2005.



## 5.1. Plano de Gestão

Outra análise que podemos realizar é a observação da inexistência de um plano de gestão concreto, sobretudo quando avaliamos os últimos anos da gestão do projeto.

Poder-se-ia assumir a constituição da Associação como um elemento integrante do plano de gestão, já que a mesma nos fornece informação sobre os objetivos a cumprir ou a sua estrutura de operação, ainda que não forneça qualquer dado sobre a equipa técnica, como se pode aferir pelo Quadro 6.4. Tal constitui um exemplo das incoerências capazes de interferir no reconhecimento enquanto um eficaz plano de gestão. Por exemplo, a comunidade, enquanto parte interessada, está ausente da estrutura, com exceção da possibilidade de membros dessa comunidade aderirem enquanto membros da associação. Tal é relevante porque na ótica de uma gestão integrada de património, apanágio dos pressupostos teóricos do projeto, a comunidade é considerada parte interessada, tal como definido nos próprios objetivos do projeto.

O plano de ação mais concreto que se apresentou até data relativamente à rota, consiste no Plano de Sustentabilidade apresentado em 2011, que define os objetivos principais e estruturantes, assim como o encadeamento de ações a executar. Contudo, este plano apresenta um limite temporal muito reduzido, de apenas dois anos, terminando em 2013.

Não se pode, portanto afirmar que exista um plano de ação na atualidade, já que o período que corresponde à vigência do Plano de Sustentabilidade terminou em 2013. Tendo esta investigação como limite temporal final o ano de 2016, salienta-se que entre 2013 e a presente data aconteceram já algumas ações, sendo uma delas a criação da associação, objetivo último do referido Plano de Sustentabilidade. Este objetivo encerra-se em si mesmo e naquele momento, pois destinava-se à conclusão última de um objetivo que estava agora realizado.

“Um plano de Gestão eficaz deverá dar instruções claras e orientação, constituindo-se portanto como um documento que responde aos desafios-chave da gestão incluindo o turismo e integra diferentes contribuições das partes interessadas de planeamento da região, quer sejam panos territoriais ou urbanos, planos socioeconómicos ou ambientais”<sup>80</sup>.

Nesse sentido, identifica-se na atualidade um Plano de Ação? A conclusão a que chegamos é que tal não acontece, uma vez que este instrumento não integra o conjunto de instrumentos de gestão observáveis na constituição da associação.

---

<sup>80</sup> Portugal, Turismo de e UNESCO (2013), *Turismo e Património Mundial – Seleção de Abordagens e Experiências de Gestão em Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa*, p. 50.

“O Plano de Ação é um elemento fundamental do Plano de Gestão. A sua função é dar uma visão geral sobre as ações concretas que permitem implementar os objetivos específicos do Plano de Gestão. Esses planos ou projetos podem estar em diferentes fases; em vias de financiamento ou já em curso. É importante que as ações ou projetos sejam viáveis e partilhados por todas as partes interessadas. Se não forem atuais e realistas, não passarão de uma ‘lista de intenções’ em vez de constituírem uma ferramenta estratégica”<sup>81</sup>.

Conclui-se que estamos perante a inexistência de um Plano de Ação concreto, o que pode significar que os fins da Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres poderão não passar de ideais a realizar. Ainda no seguimento desta linha de análise, e olhando também para o Quadro 6.4, e assumindo os objetivos da associação enquanto uma forma de plano de gestão, o que se pode inferir é também a ausência de um Plano de Promoção, de um Plano de Investigação, de Comunicação, de Promoção, e podemos também assumir a inexistência de um plano concreto de monitorização para a salvaguarda do património em presença. Contudo verifica-se a existência da proposta e realização de ações enquadradas nas tipologias descritas acima, mas não foi possível identificar nenhuma estrutura financeira de suporte às mesmas, sendo que o mais parecido é a menção, no documento da criação da Associação, do facto das receitas provirem de quotas, mas sem especificar quais são e como são pagas. No mesmo documento indica-se a existência de contribuições financeiras e das receitas ligadas ao *merchandising*, subsídios e montantes derivados de candidaturas a cofinanciamentos, mas não se especifica de que maneira seriam utilizadas. Ainda assim, sendo esta uma associação sem fins lucrativos, faz sentido que estas receitas revertessem para a própria gestão do projeto e, conseqüentemente para a salvaguarda e valorização deste património. Mas essa informação não é fornecida, sendo impossível compreender de que maneira são alocados os recursos financeiros e a que áreas de ação, obtidos por estas receitas.

Os recursos humanos são outra questão que não se pode deixar de analisar. Com exceção da estrutura de gestão, já definida no capítulo anterior, não existe mais informação acerca de equipa técnica (cuja existência é conhecida tal como referido no quadro 6.4). Poder-se-ia, por outro lado, assumir que esta equipa técnica é transportada da anterior PILT, mas quais os seus objetivos dentro da nova estrutura e qual o seu papel neste novo processo? Poderíamos assumir que a manutenção de uma equipa técnica é essencial para o prolongamento do projeto? Em caso afirmativo porque é que a associação não contempla, no seu funcionamento a constituição de uma equipa técnica? Mais importante é olhar para o Quadro 6.4 e verificar a quantidade de

---

<sup>81</sup> Portugal, Turismo de e UNESCO (2013), *Turismo e Património Mundial – Seleção de Abordagens e Experiências de Gestão em Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa*, p. 50.

ações a que esta equipa técnica está alocada (apesar de só estar assumida para as ações não executadas, presumir-se-á que a mesma tenha sido alocada a mais ações) e compreender que a importância da mesma não será tão diminuta assim. Ora esta equipa técnica antes era composta por elementos dos municípios, seus técnicos; o que se passa então atualmente, no quadro da nova estrutura de gestão?

<p><b>CAPÍTULO III</b> <b>REGIME ECONÓMICO</b></p> <p><b>Artigo 25º</b> <b>Receitas</b></p>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Constituem receitas da associação:             <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Quotas ordinárias dos associados;</li> <li>b) Contribuições extraordinárias;</li> <li>c) Os rendimentos próprios do seu património e derivados das suas atividades e vendas de <i>merchandising</i>;</li> <li>d) Subsídios e qualquer outra receita provenientes de atos lícitos;</li> <li>e) Os montantes de cofinanciamentos que lhe sejam atribuídos por via de candidaturas.</li> </ol> </li> <li>2. As quotas ordinárias têm carácter anual e serão determinadas tendo em conta o valor fixado na Assembleia-geral.</li> <li>3. O pagamento das quotas deverá realizar-se, sem exceção, nos primeiros três meses de cada ano, sendo que o seu não pagamento poderá ser causa de apreciação e motivo da expulsão.</li> <li>4. O exercício económico da associação será anual tendo lugar o seu encerramento a 31 de dezembro de cada ano.</li> </ol>

**Figura 11.5.** Receitas da Associação da RHLT, Constituição da Associação para o Desenvolvimento Turístico e Cultural das Linhas de Torres (2014).

Analisa-se agora os objetivos da associação, sendo possível verificar que ao longo do tempo os objetivos de gestão das diversas entidades foram sempre semelhantes ou mesmo idênticos. Em 2007 a candidatura ao MFEEE, leva a que estes objetivos sejam afinados. Em 2014, com a criação da associação, verifica-se que nos seus fins estão incluídos os objetivos do projeto sendo a própria RHLT parte da designação associação. Uma vez que não se conhece nenhum instrumento estratégico para esta fase, apenas se pode assumir que os fins da associação coincidem com os objetivos que enquadravam o projeto da rota.

<b>2007 Candidatura ao MFEEE</b>	<b>2014 Constituição da Associação</b>
-A salvaguarda, recuperação e valorização do património integrante das Linhas de Torres Vedras.	A defesa do Património cultural, ambiental, histórico, urbanístico, das linhas de Torres Vedras;
-A requalificação urbana e paisagística das áreas de implantação do conjunto e dos sítios que o integram, numa intervenção ordenadora, que	O intercâmbio de experiências entre os associados, nomeadamente ao nível da conservação do património;

aproveite e valorize o seu potencial paisagístico e natural.	
-A fruição e divulgação das estruturas intervencionadas, permitindo uma leitura de conjunto deste sistema defensivo, que abrange um vasto território.	A planificação e desenvolvimento de uma política de produção e promoção turística, que corresponda aos interesses dos membros da RHLT;
-A criação de um produto turístico-cultural integrado, de qualidade, captando mais-valias da proximidade de importantes rotas turísticas transnacionais.	A planificação estratégica de uma política cultural de acordo com os objetivos da RHLT;
Potenciar as existências patrimoniais e as diversas ofertas gastronómicas, arquitectónicas e de lazer balnear.	Regulamentar e Gerir a marca RHLT;
-Potenciar a transformação deste importante património cultural e arquitectónico, num pólo de desenvolvimento local, ao nível dos vários municípios envolvidos: Torres Vedras, Vila Franca de Xira, Sobral do Monte Agraço, Mafra, Loures e Arruda dos Vinhos.	Promover a consciencialização de proprietários e população da importância histórica e patrimonial deste Monumento;
- A recuperação da memória deste importante facto histórico, de dimensão nacional e europeia	Evidenciar o potencial retorno económico para a população e promover o seu envolvimento interativo.

**Quadro 7.5.** Quadro comparativo dos objetivos definidos entre a o momento da candidatura ao MFEEE e a criação da Associação

Observando o Quadro 7.5 colocam-se duas questões. Em primeiro lugar existem elementos mínimos de coincidência, como objetivos de salvaguarda do património das Linhas de Torres e do desenvolvimento de um produto turístico; em segundo lugar, relativamente à associação é visível que a mesma era já um projeto bem concreto, mas que ao fim de 9 anos de duração da experiência ainda não estavam reunidas as condições para se poder afirmar.

Podemos ainda inferir sobre a relação da comunidade local com estes projeto cultural essencialmente o facto de esta não ser considerada e não se constituir como um verdadeiro *stakeholder*, verificando-se que não oferece a sua contribuição para o desenrolar do mesmo, nem beneficia de um retorno das estratégias de valorização, apesar de se verificar um aumento gradual do seu interesse. Se tivermos em conta esta linha de análise, o projeto não conseguiu estabelecer-se enquanto polo de desenvolvimento regional, não conseguindo sequer atrair a comunidade local para estes valores. Facto disso é a inexistência de membros/associados provindos da comunidade geral, como integrantes da associação.

Ao fazer uma última análise ao programa, podemos concluir que as ações de Salvaguarda e de Promoção têm um papel predominante, algo que deve ser considerado como positivo, pois coloca não só no plano estratégico, mas também no operacional as matérias de preservação do património e a sua valorização. Ainda assim, o total de ações parece ser escasso. Apesar da

ausência de um número global indicador podemos verificar que um total de 75 ações comuns ao longo de 9 anos não parece ser uma cifra elevada. Especialmente quando este é um projeto que está aplicado a várias regiões. Por outro lado, pode-se presumir que a dificuldade de chegar a acordos sobre o que fazer, devido às diferentes particularidades de cada território, terá constituído um fator dissuasor na maior concretização de ações. Neste ponto, a criação da associação parece poder significar uma solução, mas tem de contar que a maioria das pessoas inerentes ao projeto pertence a uma estrutura de funcionamento público, nos vários municípios, e que se fazem representar enquanto membros dos mesmos.

Regressamos agora à principal questão relativa à gestão, conservação e proteção do património. A RHLT, ao longo dos anos, tem vindo encetar ações no sentido de classificar oficialmente o seu património constituente. Existe, no presente momento, uma tentativa de o fazer através do desenvolvimento deste trabalho, cuja ação se iniciou já em 2013. O património afeto à candidatura está em vias de classificação pela DGPC (através do anúncio n.º 12/2013 de 14 de Janeiro). O que se pretende é um aumento da proteção por parte do Estado. O que se deve ter em conta é que ainda que esta seja uma medida de salvaguarda, extremamente necessária, a mesma não deve ser única para esse fim, ou seja, uma medida de salvaguarda que consiste na proteção não deve esquecer a sua conservação e manutenção e, por isso, as ações de monitorização do património afeto às Linhas de Torres devem ser tidas mais em conta. Tal deve ter um reflexo nas escolhas financeiras que devem privilegiar uma maior tentativa de o conservar. O que aqui se tenta explicar não é o facto de a classificação deste património não ser um fator importante, que o é, o que importa salientar é a importância da sua conservação.

“Havendo prioridades a observar num Estado Social de recursos escassos, mais vale classificar menos e conservar melhor, ou seja, apostar na qualidade e não tanto na quantidade. A vertigem da proteção pode redundar na sua banalização”<sup>82</sup>.

Isto porque, com a incúria relativamente a este património, podem surgir dois fatores demasiado importantes, para esconder. São eles:

- A deterioração do património e o seu mau estado de conservação irão com o tempo fazer o projeto padecer de visitantes, assim como de interesse pela região;
- A deterioração total deste património, o que causaria por si só uma perda para a humanidade.

---

<sup>82</sup> Amado, Carla, 2015, *O preço da memória: a sustentabilidade do património cultural edificado*, p. 7.

Ambos os fatores estão interligados entre si, já que o fim do interesse neste património por parte dos visitantes, região e público em geral, poderia levar a cortes no projeto, o que certamente provocaria a sua deterioração total.

Resumindo, os objetivos do projeto não estão obviamente concluídos. Mas também nem todos parecem estar em vias de o poder estar (digo estar a ser já que este é um projeto contínuo). Como referido anteriormente existem objetivos que se mantêm desde o início, embora tal se possa considerar relevante pela continuidade do projeto, o mesmo não se pode dizer em relação a sua efetividade, já que por exemplo, a salvaguarda deste património não é total, pois como mencionado a sua classificação ainda não é existente enquanto conjunto. Mas também porque na atualidade não se tem realizado ações de monitorização relativamente á verificação do estado atual da conservação dos fortes. A criação de um produto turístico e de medidas que permitam a fruição destes espaços também foram realizadas, embora reforce que a não monitorização dos mesmos possa condicionar este fator. A nível de recuperação da memória deste património, de acordo com as ações realizadas, tem-se estado a realizar um trabalho positivo nesse sentido, desde a criação do sítio na internet, à realização de seminários, exposições e promoção de investigação e aumento de conhecimento sobre o tema, permitindo também a valorização do património e a manutenção da sua memória. Ao nível da ligação com a comunidade e desenvolvimento local e regional não existem dados que ajudem realmente a analisar esta vertente; mas através das ações pode concluir-se que o mesmo parece não estar a acontecer, algo que é evidenciado pelo facto da associação insistir em não ter outros membros que não os municípios. O que invalida a perceção do retorno, a vários níveis, para a região. Dentro dos objetivos de partilha de perspetivas entre membros acerca dos bens patrimoniais, presentemente apenas é entre os municípios. Na realidade os objetivos parecem carecer aqui de conclusão, ou, diga-se de outra forma, não parecem estar a ser cumpridos.

## **5.2. Adequação do modelo às estratégias internacionais**

Interessa também perceber a adequação do modelo escolhido para a gestão tendo em conta as perspetivas internacionais. Toma-se como referência a *Carta para Itinerários Culturais* do ICOMOS de 2008, assim como as *Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial* da UNESCO de 2012.

Vejam-se os seguintes pontos relativos à autenticidade e identidade, a metodologia de criação de itinerários culturais e a sua gestão, já que ambos contemplam as medidas que supõem um início da salvaguarda e uma manutenção, deste património

“Para ser considerado de Valor Universal Excepcional, um bem deve também responder às condições de integridade e/ou de autenticidade e beneficiar de um sistema de proteção e gestão adequado para assegurar a sua salvaguarda”<sup>83</sup>. e

“Para efeitos de proteção e gestão dos bens do Património Mundial dever-se-á assegurar que o Valor Universal Excepcional, incluindo as condições de integridade e/ou de autenticidade definidas aquando da inscrição, seja mantido ou melhorado no futuro”<sup>84</sup>.

Em relação a autenticidade e identidade, a RHLT parece estar enquadrada positivamente dentro do que se espera, já que foi realizada primariamente uma investigação científica fundamentada (através de estudos histórico-arqueológicos) sobre o património existente, histórica e geograficamente, atendendo não só aos vestígios e testemunhos materiais, mas também à paisagem na qual o património se enquadra e da qual faz parte. A criação de itinerários que respeitem a história, como no caso da *Defesa do Tejo*, em Vila Franca de Xira, retrata bem este aspeto, já que o percurso pretende demonstrar para que serviram as linhas defensivas naquele ponto estratégico, tal acontece com outras partes do itinerário. Ainda assim não se pode esquecer que a criação deste projeto assenta num projeto que reconheça o património de 6 municípios e que integra as estruturas da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linhas defensivas enquanto um todo, lembrando o seu propósito e a maneira como estavam inscritas no território. A manutenção que não vem sendo realizada nos últimos anos pode pôr ainda em causa a identidade dos Fortes, estando em risco a sua conservação.

“[...] Dada a sua natureza e envergadura e o seu valor de conjunto, assim como as suas dimensões territoriais, a metodologia pressupõe um sistema de atividade ligadas e geradas na sua integridade”<sup>85</sup>.

Ainda de acordo com o definido pelas Convenções Internacionais<sup>86</sup> no que diz respeito à identificação global do itinerário e seus diferentes troços, a realização dos itinerários foi

---

<sup>83</sup> UNESCO (2012), *Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial*, p. 17.

<sup>84</sup> UNESCO (2012), *Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial*, p. 20.

<sup>85</sup> ICOMOS (2008), *Carta de Itinerários Culturais*, p. 9.

<sup>86</sup> ICOMOS (2008), *Carta de Itinerários Culturais*, p. 9-11.

efetuada no âmbito da candidatura ao MFEEE, após o qual foram delineados os respetivos circuitos de visita. Em termos de inventário de bens que ele engloba/ relatório global de seu estado de conservação e proteção, foi realizado um Inventário logo em 2002. No caso da elaboração de um plano estratégico de salvaguarda e conservação, este foi realizado numa fase prévia à constituição da rota e da própria PILT, apesar de se poder assumir que o mesmo poderá constituir-se como o documento base para a candidatura do *EEAGrants*. Ainda assim a PILT criou um plano de ações, no qual identificou as atividades a realizar, incluindo as intervenções nos fortes das Linhas. Poderemos assumir que ações para a promoção, criação do itinerário, salvaguarda do património e sensibilização da comunidade inseriam-se no mesmo plano de ações base para a candidatura. Ainda assim, o plano estratégico deixa de existir com a associação, não se encontrando indícios de medidas a tomar no sentido da sua promoção junto da comunidade local e da sociedade em geral; na mesma medida não está especificado de que forma se preconiza a salvaguarda deste património quer através de ações de monitorização, quer através da sua classificação, ou ambos.

A *Carta de Itinerários Culturais* de 2008 adianta ainda que devem existir também mecanismos que garantam a coordenação das ações e dos instrumentos legais específicos para a proteção, o seu bom uso e a gestão de todos os elementos como partes substantivas do valor e o sentido global do Itinerário. No caso da estudado, se presumirmos que estes mecanismos serão a sua estrutura de gestão, então esta está criada, e esteve desde o início do projeto.

“Compreender o significado dos Itinerários culturais” é o princípio fundamental sobre o qual deve repousar a sua gestão. O que implica assegurar o desenvolvimento harmonioso de todas as actividades relacionadas com a sua investigação e valorização, assim como aquelas relativas à difusão pública do seu conhecimento. A gestão dos Itinerários Culturais exige igualmente uma coordenação transversal a fim de garantir a integridade das políticas no domínio da protecção, da preservação, do uso e da conservação, do ordenamento do território e do turismo. É portanto necessário elaborar projectos concertados que visem o desenvolvimento durável no plano nacional – no quadro local, departamental, provincial, etc. – ou internacional, assim como em planos específicos de gestão, adaptados à protecção contra os desastres naturais e todos os riscos susceptíveis de causar impactos negativos sobre a autenticidade e a integridade dos valores do Itinerário Cultural e logo sobre o seu significado”<sup>87</sup>.

A gestão da rota carece, de momento, de um plano que especifique as medidas a serem tomadas acima.

---

<sup>87</sup> ICOMOS (2008), *Carta de Itinerários Culturais*, p. 11.



“Uma gestão eficaz deve incluir um ciclo de medidas de curto, médio e longo prazo destinadas a proteger, conservar e apresentar o bem proposto para inscrição. É essencial proceder-se a uma abordagem integrada de planeamento e gestão a fim de acompanhar a evolução dos bens ao longo do tempo e de assegurar a preservação de todos os aspetos que contribuem para o seu Valor Universal Excepcional. Esta abordagem abrange o bem e a sua(s) zona(s) tampão, bem como o espaço envolvente”<sup>88</sup>.

Estas medidas definidas numa altura inicial da criação do projeto, beneficiaram de um mecanismo de financiamento internacional. O planeamento inicial perdeu o seu ímpeto ao longo do tempo, até um cenário em que não existe (ou pelo menos, não foi oficialmente apresentado). Ainda assim, as ações para promoção e valorização do património continuam a ser realizadas como indicado na Figura 9.4. Esta situação gera algumas dúvidas já que existe um aumento de ações comuns para o esforço em quase tudo, numa altura em que um Plano de Ação não existe, onde um plano que defina a estratégia a seguir não é oficial.

Das análises realizadas podemos inferir um conjunto interessante de dados. Verifica-se que no presente momento não existe oficialmente um Plano de Ação para a rota. Isto se quisermos assumir o documento de constituição da associação enquanto Plano de Gestão (caso não queiramos torna-se uma situação ainda mais problemática).

A RHLT começa o seu caminho delineando um Plano de Gestão e de Ação, estabelecendo os seus objetivos no período correspondente a 2006/2007. Adotou como forma de os atingir o desenho de algumas ações (atividades) e sobretudo, a constituição da PILT conjuntamente com a candidatura ao MFEEE através do qual obteve financiamento para a criação e estruturação do projeto. Este foi composto por duas fases: a primeira que se desenrolou entre 2007 a 2011, na qual prevaleceram ações intermunicipais que compreendiam estudos sobre este património, criação de itinerários entre outros; a segunda fase decorreu entre 2011 – 2012 caracterizada essencialmente por ações municipais.

Existiu, em 2002, uma inventariação dos bens patrimoniais em presença, assim como ações de intervenção e manutenção deste património nos anos de 2011 e 2012. A sua estrutura de gestão assume objetivos específicos enquadrados dentro dos objetivos do MFEEE, que coincidem com os de salvaguarda do património e sua valorização, desenvolvimento de um polo regional através da criação de itinerários, para visita e intervenção no património. Ainda

---

<sup>88</sup> UNESCO (2012), *Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial*, p. 22.

assim não esquecem alguns outros planos, como o de *merchandising*, que não consigo perceber se foram realizados. Mas quando passa para uma gestão de uma entidade de direito privado, e presumindo-se um agilizar de processos, esperava-se o que poderia ser uma identificação real de um Plano de Gestão, mas que não se verifica.

O que é certo é a inexistência de um Plano de Ação que nos permita compreender quais as medidas exatas a serem tomadas, e o seu porquê, da mesma forma que leva a inexistência de instrumentos de gestão, não existirem planos de promoção, *merchandising*, investigação etc. Verifica-se realmente que as ações continuam a existir, mas que isso não significa que se possa dizer que todas as indicações nas convenções internacionais de património estejam a ser seguidas. Por muito boas (especulação) que as ações estejam a ser para a salvaguarda e valorização deste património.

## 6 – CONCLUSÃO

Com o término deste trabalho, várias perguntas continuam a colocar-se, aumentando as iniciais.

Um dos meus primeiros objetivos era compreender de que maneira os princípios de gestão da RHLT estariam em conformidade com as normas internacionais de salvaguarda de património. Podemos afirmar que essa questão não fica totalmente respondida. Em primeiro lugar porque a ausência de informação não permitiu uma análise mais exaustiva a toda a globalidade de ações realizadas (ou que se pensa terem sido realizadas). Tentei, neste trabalho, encontrar meios de análise que muitas vezes não existiram, sendo um dos mais relevantes a não existência de um Plano de Gestão Oficial. Tal significa, a meu ver que a inexistência de um Plano de Gestão torna difícil, ou mesmo impossível, a análise dos modelos de gestão e que esta inexistência poderá corresponder a uma não conformidade, com as normas e princípios definidos pelas convenções internacionais, algumas das quais Portugal é país signatário.

Por outro lado identificou-se o tipo de entidade gestora atual, uma entidade associativa de direito privado, mas cujo Plano de Ação e estrutura de recursos humano não foi identificada através da documentação existente e consultada. A existência de um corpo técnico (assim como diretivo e administrativo) associado a este tipo de organizações deve ser algo procurado e promovido pela instituição, uma vez que são estes os nomes que estão nas fileiras da frente e que, muitas vezes com dificuldade, levam o “barco a bom porto”.

Na minha perspetiva, um outro objetivo que não cumpri na totalidade foi a sistematização integral de todas as atividades realizadas no âmbito do projeto da rota. Se tal não foi possível por determinados fatores já apresentados, salienta-se a execução de um quadro, apresentado nesta dissertação, testemunho do trabalho de investigação realizado, súmula de um conjunto grande e disperso de informação trabalhada e que constitui uma mais-valia para a análise da gestão.

Destaca-se de uma forma muito positiva a sistematização de todo o processo evolutivo da entidade de gestão e do modelo de gestão, assim como do próprio projeto, levando em consideração a criação definida pelo autor do trabalho de três conjunturas no seu processo evolutivo.

A Rota é um projeto inovador que tem um começo auspicioso, ainda que sem financiamento concreto, mas que se esforça para o obter, e quando o obtém realizou ações que permitiram a criação efetiva do projeto, materializando-se na edificação de um circuito.

Contudo, desde a perda do seu financiador se tem vindo a tornar cada vez mais ilegível e impercetível no território. As ações aparecem, mas sem claro qual o seu fundamento, o que por si só não significa que sejam ações negativas, mas sim que não são compreensíveis as razões por detrás das decisões. Um exemplo claro disso é a classificação dos fortes que se mencionou.

Ainda assim o projeto está criado e tem motivos para continuar. A salvaguarda deste património deve ser obviamente atribuída ao projeto que com tudo o que tem feito tem conseguido efetuar isso mesmo. E devem continuar o caminho até agora percorrido, mas devem também enquanto um todo olhar para as suas dificuldades e tentar supri-las.

## **7. FONTES**

### **LEGISLAÇÃO PORTUGUESA**

Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, Lei 107/2001, *Diário da República*, Iª Série-A, 209, 8 de Setembro de 2001

### **LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL**

UNESCO (1972), *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*.

Europa, Conselho da (2005), *Convenção – quadro sobre o valor do Património Cultural para as Sociedades*.

UNESCO (2007), *Declaração de Lubeque. Sítios Património Mundial da UNESCO na Europa – uma Rede para o Diálogo Cultural e o Turismo Cultural*.

ICOMOS (2008), *The ICOMOS Charter for the Interpretation and Presentation of Cultural Heritage Sites*.

ICOMOS (2008), *Carta de Itinerários Culturais*.

Europe, Council of (2010), *Resolution 52 on the rules for the award of the «Cultural Route of the Council of Europe»*.

Europe, Council of (2010), *Resolution 53 establishing an enlarged partial agreement cultural routes*.

UNESCO (2012), *Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial*.

### **ARQUIVO MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

Documento *Protocolo de 1988 entre Estado – Maior do Exército e Autarquias*.

Documento *Memorando de 1988 acerca da Conservação e Recuperação dos Principais Fortes das Linhas de Torres, entre o Exército e os Municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral De Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira*.

Documento *EEA – Formulário em português, 12 Agosto 2005*. Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acedido em 24 de Fevereiro de 2017.

Documento com a Constituição da Plataforma Intermunicipal das Linhas de Torres (2006).

Documento *Da Génese à Rota Histórica das Linhas de Torres* (2011). Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acedido em 21 Fevereiro 2017.

PILT (2010), *Candidatura*. Documento pdf no Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, Acedido em 2 de Maio de 2017.

PILT (2011), *Plano de Sustentabilidade da RHLT*. Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, Acedido em 17 Novembro de 2016.

Pasta com Documentos *GR\_30-Grande\_Rota\_Das\_Linhas\_de\_Torres\_C* (2016). Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acedido em 24 Fevereiro 2017.

Pasta com Documentos *Balanço da Atividade da RHLT – 2014 – 2016/Reflexão e análise*, (2016).

Pasta com Documentos *XI Jornadas Nacionais de Pedestrianismo Histórico Cultural* (s.d.). Arquivo Digital do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, acedido em 21 de Fevereiro de 2017.

Sousa, Ana Filipa de (2002), “Vila Franca quer Continuar com a preservação dos fortes”, *Vida Ribatejana*, 25 Dezembro de 2002.

## **FONTES DIGITAIS**

*Constituição da Associação para o Desenvolvimento Turístico e Cultural das Linhas de Torres*, disponível em <http://publicacoes.mj.pt/Pesquisa.aspx>., consultado a 15 Maio de 2017.

*Processo de Classificação das Linhas Defensivas de Torres Vedras*, disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/17662366>.

## 8. BIBLIOGRAFIA

- Alçada, Margarida; Katri Lisitzin; Kerstin Manz (2013), *Turismo e património mundial: seleção de abordagens e experiências de gestão em sítios do património mundial de origem e influência portuguesa*, Lisboa, Turismo de Portugal/ UNESCO.
- Amado, Carla (2015), *O preço da memória: a sustentabilidade do património cultural edificado*, I Congresso Luso - Brasileiro de Direito do Património Cultural.
- Anastácio, Rita; Luíz Oosterbeek; Pierluigu Rosina (2015), “Gestão Integrada do território e do património: a importância dos Sistemas de Informação Geográfica”, *SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades*, vol. 27, pp. 187 -197.
- Bernardes, Carlos (2015), *As Linhas de Torres Vedras – um destino turístico estratégico para Portugal*, Tese de Doutoramento em Turismo, Universidade de Lisboa.
- Bernardes, João Pedro *et all* (2014), “Património Cultural edificado – Reflexões em torno da Gestão do Património Classificado”, *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, vol. 2, pp. 34 – 52.
- Cardoso, João Luís (1998), “Política do Património em Oeiras: Ópticas para a sua Gestão Integrada”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, (1997/1998), pp.17 – 23.
- Chevrier, Jacques (2003), “A especificação do Problema” in Hugo Franco (2011), *Os Anúncios na Imprensa Periódica Portuguesa – da Grande Depressão à II Guerra Mundial*, Tese de Mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, pp.1 – 87.
- Choay, Françoise (1999), *A Alegoria do Património*, 3ª ed, Lisboa, Edições 70.
- Choay, Françoise (2009), *As Questões do Património Antologia para um Combate*, Lisboa Edições 70.
- Estevão, Florbela (2013), “A experiência do projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres: uma paisagem polivalente”, *Atas do III Encontro Paisagem Materialidade*, Porto-Baião, 21 a 24 de Novembro de 2013, CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp.1 – 14.
- Ferreira, Maria (2012), *Torres Vedras como Destino Turístico Cultural e de City Break: Estratégias para as Linhas de Torres*, Dissertação de Mestrado em Marketing e Promoção Turística, Leiria, Instituto Politécnico de Leiria.
- Figueira, Luís (2013), *Manual para a Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*, Tomar, Instituto Politécnico de Tomar.
- Fuentes, Sílvia Maria (2008), “La Gestión del Património Cultural, Estableciendo puentes en una economía global”, *Actas XXII Congreso AEDEM 2008 Salamanca*, pp.1 – 14.

- Gomes, João Seabra (2007), “Rota Histórica das Linhas Defensivas de Torres Vedras: projeto comum”, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, dir., *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira – Perspetivas de Gestão de Bens Culturais*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp.105 – 107.
- ICOM (2013), *Conceitos Chave de Museologia*.
- Lobo, Francisco de Sousa (2015), *A Defesa de Lisboa – Linhas de Torres Vedras, Lisboa, Oeiras e Sul do Tejo (1809 – 1814)*, Cascais, Tribuna da História.
- Noivo, Marco (2010), *A 1ª e 2ª Linhas De Torres: A Valorização do Património e o Turismo Cultural*, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Nunes, António Pires (2004) “A terceira invasão francesa” in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 3, pp. 90 – 147.
- Oliveira, Ana Cristina; Ana Raquel Silva e Florbela Estevão (2000), *Património Arqueológico: Uma Gestão Integrada*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Pires, Ana Margarida Martins Pinto (2015), *Direito do Património Cultural: As suas ferramentas de aplicabilidade, com especial incidência em Coimbra. O caso da Inscrição da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia na Lista de Património da Humanidade*. Dissertação de Mestrado em Direito, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Portugal, Turismo de e UNESCO (2013), *Turismo e Património Mundial – Seleção de Abordagens e Experiências de Gestão em Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa*, Lisboa, Turismo de Portugal.
- Profissional, Instituto do Emprego e Formação (2002), *Gestão do Património, Plano Oficial das Autarquias Locais*, Lisboa, IEFP.
- Reis, João (2011), *A Informação Turística Eletrónica na Rota Histórica das Linhas de Torres como Contributo para o Consumo de Experiências Turísticas Singulares*, Tese de Doutoramento em Geografia, Planeamento Geográfico e Urbano, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Silveira, Carlos *et all.*, coord. (2011), *Rota histórica das Linhas de Torres: guia*, Vila Franca de Xira: PILT - Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres.
- Smith, LauraJane (2006) *Uses of Heritage*, London, Routledge.
- Summavielle, Elísio (2007), “A Gestão do Património como um bem comum”, Museu Municipal de Vila Franca de Xira dir., *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira – Perspetivas de Gestão de Bens Culturais*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Museu Municipal, pp.77-80.
- Urbana, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (2013), *Atlas SIPA de Património – Linhas Defensivas de Torres Vedras*, Lisboa, IHRU.



Ventura, António; Alexandre de Sousa Pinto, António Pedro Vicente (2011), *As Linhas de Torres Vedras: Um Sistema defensivo a norte de Lisboa*, 1ª ed., Torres Vedras, PILT.

## **BIBLIOGRAFIA DIGITAL**

Arruda (2013), Revista do Município de Arruda dos Vinhos, nº 57, disponível em [https://issuu.com/cjaleco/docs/rm57\\_low](https://issuu.com/cjaleco/docs/rm57_low), acessado a 11 de Dezembro de 2016.

“CILT, Quem Somos”, <http://www.cilt.pt/pt/rhlt>, acessado a 14 Janeiro de 2016.

“Colóquio Praxis V, Apresentação”, disponível em <http://www.ipt.pt/praxisV/?pagina=apresentacao>, acessado a 5 de Junho de 2017.

“EEAGrants, Who We are”, disponível em <http://eeagrants.org/Who-we-are.>, acessado a 29 Fevereiro de 2017.

“Projeto Vale do Varosa”, disponível em <http://www.culturanorte.pt/pt/drcn/projetos-norte-2020/operacao-vale-do-varosa-ii/>, acessado em 27 de Julho de 2017.

“Projeto Vale do Varosa”, Porto Canal, disponível em <http://portocanal.sapo.pt/noticia/107005.>, acessado em 27 de Julho de 2017.

“Projeto Vale do Varosa, Projeto”, disponível em <http://www.valedovarosa.pt/2-3/projeto.>, acessado a 28 de Dezembro de 2016.

Rabady, R e T. Jama (2006), “Developing an Integrated Heritage Management Approach: the case of Hearne, Texas”, disponível em: <https://www.witpress.com/Secure/elibrary/papers/ST06/ST06001FU1.pdf>.

“Rede de Judiarias de Portugal, Informações”, disponível em <http://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/informacoes>, acessado em 21 de Dezembro de 2016.

“Rota do Românico, Quem Somos”, disponível em <http://www.rotadoromanico.com/vPT/QuemSomos/ARotadoRomanico/Paginas/ARotadoRomanico.aspx.>, acessado a 27 de Dezembro de 2016.

“Stakeholder”, <http://www.businessdictionary.com/definition/stakeholder.html.>, acessado a 9 de Agosto de 2017.

Tella, Guilherme; Alejandra Potocko (s.d.), “La gestión del patrimonio: desafíos y estrategias”, disponível em <http://www.guillermotella.com/articulos/la-gestion-del-patrimonio-desafios-para-el-gobierno-local/>, acessado a 15 Fevereiro 2017.



## 9. ANEXOS

**Anexo A** - Protocolo entre os Municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, e o Exército. Versão de Vila Franca de Xira.



s. R.  
ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

### PRO T O C O L O

Aos 18 dias do mês de Março de 1988, nestes Paços do Conselho de Sobral de Monte Agraço foram presentes como outorgantes:

- O Estado-Maior do Exército (EME), representado pelo Director do Serviço Histórico-Militar (DSHM), Exmº Senhor General Manuel Freire Themudo Barata;
- A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (CMVFX), representada pelo Vereador, Exmº Senhor Engº José António da Luz Carmo, na ausência do respectivo Presidente e de harmonia com a deliberação tomada em reunião de 16 do mês de Março de 1988.

Pelos outorgantes foi consignado o seguinte:

Considerando o significado histórico-militar das Linhas de Torres Vedras nas quais se inserem as seguintes Obras:

- a. nº 38, FORTE DA CASA
- nº 39, REDUTO REENTRANTE ou FORTE DA RUA NOVA
- nº 126, FORTE NOVO DO CABO ou FORTE DA ARROTEIA;
- b. nº 40, FORTE DA SERRA DA AGUIEIRA
- nº 41, FORTE DA PORTELA GRANDE

nº 42, FORTE DA PORTELA PEQUENA;

c. nº 114, FORTE 1º DA SUB-SERRA

nº 115, 2º FORTE DA SUB-SERRA

nº 116, FORTE 3º DA SUB-SERRA

nº 117, REDUTO NOVO DA COSTA DA FREIRA

nº 118, FORTE DE SINAIS ou REDUTO DO MOINHO BRANCO

nº 119, REDUTO DE SARNADAS ou DE DOIS MOINHOS

nº 120, REDUTO NOVO DA SERRA DO FORMOSO;

d. nº 121, FORTE 1º DE CALHANDRIZ

nº 122, FORTE 2º DE CALHANDRIZ,

Obras tais sitas no Concelho de Vila Franca de Xira, e que constituem áreas de grande valor evocativo;

Considerando que ao Exército compete a valorização e divulgação de todos os factos e tradições históricas ligadas à actividade militar nacional, nesta linha se incluindo, naturalmente, a dignificação dos Monumentos Militares;

Considerando que as citadas obras militares constituem objecto de grande interesse por parte, não apenas do Exército, mas também, e de forma muito particular, das populações do Concelho de Vila Franca de Xira;



S. R.  
ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

acordam em que:

1º - O Exército, através da Região Militar de Lisboa (RML), procederá, sem prejuízo das suas missões específicas, a trabalhos de limpeza, de conservação e, na medida das suas possibilidades e disponibilidades, de recuperação das Obras nºs 38, 39, 40, 41, 42, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122 e 126 das Linhas de Torres Vedras, podendo ainda apoiar, nessas mesmas condições, a CMVFX em tarefas de conservação e beneficiação dos acessos às referidas Obras, segundo os termos directamente acordados entre a RML e aquela Autarquia.

2º - O Exército, através da DSHM, apoiará, na medida do possível, a CMVFX nas actividades culturais referentes à divulgação de factos histórico-militares relevantes ligados à 3ª Invasão Francesa que aquela Autarquia pretenda levar a efeito nas Obras indicadas.

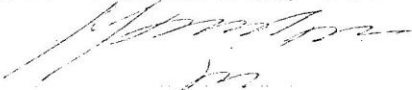
3º - A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira procederá à conservação e à beneficiação dos acessos às Obras mencionadas e apoiará, quando oportuno e possível, a unidade militar incumbida, ou as unidades militares incumbidas, da consecução dos trabalhos referidos no nº 1º, nos termos que, para tal efeito, forem acordados entre a citada Autarquia e a RML.

4º - A CMVFX contribuirá, ainda, na medida em que lhe fôr possível nas actividades histórico-militares que o Exército, porven-


tura, queira, por sua vez, promover nas Obras referidas.

5º - O presente Protocolo tem a validade de 1 ano a partir desta data, sendo automaticamente renovável por igual período, a menos que, e até trinta dias antes do termo da sua validade, alguma das partes manifeste, por escrito, o desejo de o denunciar.

O DIRECTOR DO SHM,

  
( MANUEL FREIRE THEMIDO BARATA )

O VEREADOR DA CMVFX,

  
( JOSÉ ANTÓNIO DA LUZ CARMO )

**Anexo B – Memorando de 1988 acerca da Conservação e Recuperação dos Principais Fortes das Linhas de Torres, entre o Exército e os Municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.**



*Governo Militar de Lisboa*

*General Governador*

MEMORANDO

ASSUNTO: CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS PRINCIPAIS FORTES DAS LINHAS DE TORRE

1. O presente Memorando tem por finalidade registar os assuntos tratados e o consenso obtido na reunião efectuada no QG/RML com os Senhores Presidentes das Câmaras com fortes pertencentes à 1ª linha de Torres Vedras, em 28JUL88.
2. Antecedentes
  - a. Em 18MARS88 foram solenemente assinados em SOBRAL DE MONTE AGRAÇO, na presença do CEME, protocolos visando o empenhamento conjunto das Autarquias da área das Linhas de Torres e do Exército, no sentido da progressiva recuperação de um certo número de fortes daquelas Linhas.
  - b. Nessa altura apenas não foi assinado protocolo com a Câmara de ARRUDA DOS VINHOS, ao que julgo por lapso, o que motivou uma reacção de desagrado por parte daquela Autarquia por se sentir discriminada.
  - c. Os protocolos firmados definem responsabilidades primárias às partes signatárias:
    - Ao Exército, através da RML, comete-se a limpeza, conservação e a recuperação possível de um certo número de fortes, explicitamente designados nos protocolos;
    - Às Autarquias compete a conservação e beneficiação dos acessos a esses mesmos fortes;
    - Ao Exército, através da DSMEI, compete ainda o apoio a todas as iniciativas de carácter cultural ligadas às Linhas de Torres;
    - De todos espera-se íntima colaboração entre si para que cada um cumpra eficientemente o seu compromisso.
  - d. A RML, procurando, ao que lhe passou a competir, honrar esse compromisso, desenvolveu um conjunto de actividades, o que lhe permitiu obter já uma visão concreta do problema. Atendida esta fase, a continuação do seu empenhamento exigiu a procura de consensos com os aspectos que viriam por intermédio de...



*Governo Militar de Lisboa*

*General Governador*

-2-

vidas neste processo. Nesse sentido se convidaram os respectivos Presidentes para a reunião referida em 1., a que também assistiu o Gen Director do SEM.

3. Participantes na reunião

- Gen GML
- Gen DSEM
- Pres Câmara Municipal de ARRUDA DOS VINHOS, Mário H. Ferreira de Carvalho.
- Pres Câmara Municipal de SCERAL DE MONTE AGRAÇO, António Lopes Bogalho.
- Pres Câmara Municipal de TORRES VEDRAS, Dr. José Augusto Clemente de Carvalho.
- Vereador da Câmara Municipal de VILA FRANCA DE XIRA, Eng<sup>o</sup> José António da Luz Carmo.
- CEM/QG/RML
- SubCEM/QG/RML
- Cor Res António Romeiras Júnior, Adj do GML
- Cmdt do RE 1
- Cmdt Int<sup>o</sup> do RI 1
- Cmdt da EPI
- Cmdt da EPAM
- Cmdt do Desto CIAAC/QUELUZ (RAA 1)
- 2<sup>o</sup> Cmdt Int<sup>o</sup> RALIS
- Cmdt da EPSM
- Deleg Rep Log/QG/RML

4. Finalidade da reunião

A reunião a que o presente Memorando se reporta teve como finalidade:

- Dar a conhecer aos responsáveis pelas Autarquias o que até agora foi feito pela RML, no âmbito dos compromissos assumidos pelo Exército;
- Propor e discutir um Projecto que constitua o objectivo final dum esforço conjugado, coerente e sistematizado, de acordo com o espírito dos protocolos;
- Propor e discutir o faseamento desse Projecto e as actividades e tare-





fas a desenvolver coordenadamente em cada fase pelos signatários;

- Apresentar algumas sugestões de carácter técnico para a realização das citadas actividades e tarefas.

5. Assuntos tratados

a. Actividade já desenvolvida pela RML

- (1) A referência inicial para o arranque dos trabalhos foi a lista de 30 fortes fornecida pela DSHM, como sendo os que - da totalidade dos 152 construídos em 1810 - teriam algumas possibilidades de recuperação.
- (2) Com base nessa referência, que foi também a base para a redacção dos protocolos, desenvolveu-se o seguinte conjunto de acções:
  - (a) Distribuição das tarefas de limpeza, conservação e recuperação possível dos 30 fortes por diversas Unidades da RML, cometendo-lhes previamente o encargo do reconhecimento dos referidos fortes;
  - (b) Execução pelas Unidades do reconhecimento de cada um dos fortes atribuídos e elaboração dos correspondentes relatórios sobre o estado de cada um deles, bem como sobre as respectivas possibilidades de acesso;
  - (c) Definição pelo Cmd/RML de prioridades de esforço para as tarefas de limpeza, conservação e possível recuperação em função da importância dos fortes e das conclusões dos relatórios dos reconhecimentos, tendo sido designados para cada Unidade os que deveriam ser considerados de 1ª prioridade;
  - (d) Início da fase de limpeza dos fortes considerados em 1ª prioridade;
  - (e) Efectuação de várias diligências para esboço de um projecto de recuperação e animação das Linhas de Torres.

b. Esboço de projecto para recuperação progressiva e animação das Linhas de Torres Vedras

- (1) Precondições:



- O empreendimento deve dar a possibilidade ao visitante de se aperceber da amplitude da obra e da importância da sua concepção, isto é, a recuperação de cada Forte só interessa se, através dele, o visitante conseguir visionar o que eram, no seu conjunto, as Linhas de Torres.
- Só interessa recuperar fortes que seja possível "animar" com actividades atractivas.
- Todos os fortes em que haja empenhamento para conservação e alguma recuperação têm de passar a ser objecto de vigilância suficiente que evite depredações.

(2) Itinerário de visita aos fortes

O projecto baseia-se na recuperação prioritária de um certo número de fortes que passariam a ser ponto de visita obrigatória para quem quisesse "ver" as Linhas de Torres, independentemente de, como é óbvio, poderem ser visitados isoladamente e constituírem, cada um deles, pontos de atracção turística ao nível local.

Assim sendo, seria elaborado um "Roteiro das Linhas de Torres", a cargo da DSHM, onde para além duma descrição geral das Linhas, seria dado destaque aos fortes a visitar no percurso.

Este percurso incluiria na 1ª Linha:

- Monumento "Hércules" erigido em homenagem aos construtores das Linhas, sobranceiro a ALHANDRA (Conc V. F. XIRA)
- Forte dos Sinais (Conc V. F. XIRA)
- Forte da Carvalha (Conc ARRUDA DOS VINHOS)
- Forte Grande de Alqueidão (Conc SOBRAL DE MONTE AGRAÇO)
- QG de Beresford (Conc SOBRAL DE MONTE AGRAÇO)
- QG de Wellington (Conc SOBRAL DE MONTE AGRAÇO)
- Forte de S. Vicente (Conc TORRES VEDRAS)
- Forte do Paço (Conc TORRES VEDRAS)

O percurso poderia continuar para a 2ª Linha, visitando-se alguns fortes dos Conc de MAPRA e de LOURIS, ainda a definir, passando



no Forte da Portela Grande ou no Forte da Portela Pequena e terminando no Reduto Reintrante ou Forte Novo do Cabo na Serra da Albufeira, todos do Conc de V. F. XIRA.

No itinerário a percorrer para visita destes fortes há que ter em atenção especial a apropriação dos acessos, actualmente muito precários na maioria dos casos.

(3) Valorização turística dos fortes

Aspectos fundamentais a ter em conta:

- Manutenção da limpeza
- Recuperação de sectores limitados que permitam "ler" de forma correcta o tipo e as características da fortificação (definição de alguns ângulos pronunciados, de troços dos fossos, das entradas, de alguns paiós, reconstituição de algumas canhoneiras, etc)
- Zonas de estacionamento
- Sinalização rodoviária padronizada
- Informação histórica simples e atractiva (Situação de cada forte no conjunto, planta e perfil, indicação de efectivos e de armamento existente no forte, imagens de armas e fardamentos da época, mastro de sinais, colocação de reproduções de canhões em algumas canhoneiras, etc).
- Informação turística da região

(4) Animação turística

Tal como sucede no estrangeiro para valorização de locais históricos do ponto de vista turístico, poder-se-ia, numa fase adiantada, prever a realização de actividades especiais em determinados dias e épocas, tais como:

- Guias e ciclerones fardados à época
- Transmissão de mensagens pelos mastros de sinais
- Demonstrações de carregamento e disparo de espingardas da época.
- Etc.

C. Proposta de faseamento

- (1) 1ª Fase



- Limpeza e conservação
- Apropriação de acessos
- Vigilância dos fortes
- Início da recuperação dos sectores mais significativos dos fortes
- Verificação e regularização dos direitos de propriedade, feitas caso a caso.

(2) 2ª Fase

- Implantação de informação histórica (A melhorar progressivamente)
- Zonas de estacionamento
- Sinclinação rodoviária normalizada
- Informação turística da região (A melhorar progressivamente)
- Continuação da recuperação

(3) 3ª Fase

- Continuação da recuperação
- Animação turística

d. Sugestões técnicas

O Cor Eng Sousa Lobo, Cmdt do RE 1, elucidou os presentes sobre os critérios actualmente adoptados nos trabalhos de restauro de monumentos, sugerindo que nos fortes das Linhas de Torres se siga o que consiste em recuperar na traça original apenas alguns sectores das fortificações tal como é proposto no projecto apresentado.

Alvitrou que, à semelhança do que é uso em países estrangeiros desenvolvidos, se usassem pequenos rebanhos de cabras para se manter cortada a vegetação, poupando o esforço periódico de capinação por parte do pessoal, o qual seria então ocupado no trabalho não especializado de recuperação.

Referiu ainda a adequação, no caso da recuperação de taludes de terra, da utilização de solocimento, com percentagens reduzidas de cimento, para conferir a esses taludes maior resistência à erosão.

6. Conclusões da discussão dos assuntos tratados

Todos os autarcas intervieram na discussão dos assuntos apresentados, não só como o Gen DSEM e alguns dos Cmdts das Unidades presentes. Dessa tra

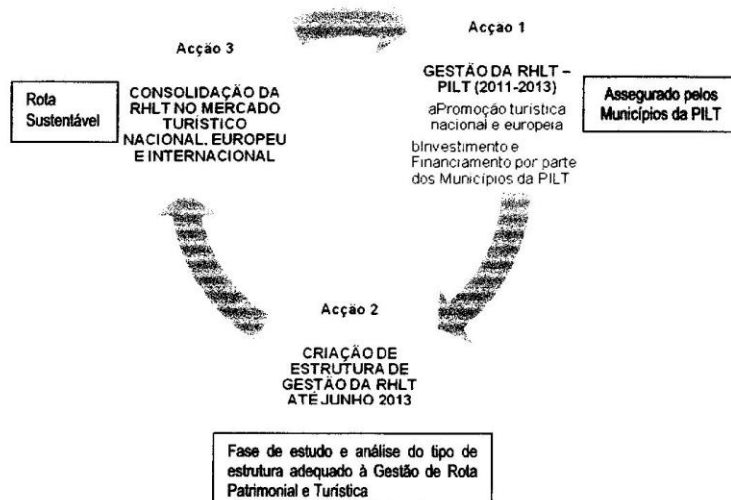
## PLANO DE SUSTENTABILIDADE DA ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES

### 1. INTRODUÇÃO

Considerando a solicitação de financiamento dirigida ao Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEUE), por parte dos municípios que integram a Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres (PILT), no sentido de promover a recuperação das estruturas militares edificadas aquando da Guerra Peninsular, juntamente com a criação de circuitos e com a divulgação do referido património, e tendo em conta a aproximação do termo do referido financiamento, torna-se crucial apresentar este documento, o qual enumera e sistematiza as medidas em curso e as que se intencionam implementar na continuidade do projecto, no sentido de assegurar a sustentabilidade da Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT), visando, para além da recuperação e valorização patrimonial, o seu carácter turístico-cultural.

Assim, e perante as exigências inerentes a um plano de sustentabilidade, e à luz da alínea f) dos Considerandos do documento que oficializa a constituição da PILT, a 16 de Outubro de 2006, na qual os "municípios encaram a hipótese (...) [da] criação de uma Associação de Municípios de fins específicos, para a salvaguarda, divulgação e promoção das Linhas de Torres", considera-se importante fasear o projecto RHLT em três níveis de sustentabilidade:

1. Gestão da RHLT – PILT (Associação de Municípios com fins específicos); 2010 a 2013:
  - a. Promoção turística nacional e europeia;
  - b. Investimento e financiamento por parte dos municípios da PILT.
2. Gestão da RHLT – Criação de Estrutura de Gestão; até Junho de 2013:
  - a. Intenção de associar um tipo de estrutura que se adequa à gestão patrimonial e turística da RHLT.
3. Consolidação da RHLT no mercado turístico nacional e internacional:
  - a. Promoção de produtos turísticos para diversos públicos (directamente ou através de operadores turísticos).



Neste sentido, o actual documento apresenta-se como o Plano de Sustentabilidade que a PILT considera essencial para a continuação do bom desenvolvimento do projecto, contemplando as acções e iniciativas que, pela sua natureza, são comuns aos seis municípios da plataforma, bem como aquelas que, dizendo respeito à realidade específica de cada autarquia, são igualmente fundamentais para garantir o compromisso sustentável da RHLT.

2. PLANO DE SUSTENTABILIDADE DA RHLT

1. GESTÃO DA RHLT – PILT (2010-2013)

1.1. Promoção da RHLT no mercado turístico nacional e europeu

**Captação de públicos:**

a) Criação de pacotes turísticos:

1. Promoção do Guia Turístico da RHLT.

b) Envolvimento de operadores turísticos

1. Incentivo à criação de parcerias com o Turismo de Portugal e os operadores turísticos que elaborem um plano ajustado à RHLT, indo ao encontro das exigências turístico-culturais definidas pela PILT (ex. proposta da empresa *Time to Go*).

c) Divulgação em feiras turísticas:

1. Promoção da RHLT na Bolsa de Turismo de Lisboa (Feira Internacional de Turismo).

d) Captação de parcerias:

1. Promoção interna da RHLT, em parceria com o Pólo de Turismo do Oeste, enquadrada no conceito "Escapadinha";
2. Promoção externa da RHLT, em parceria com o Pólo de Turismo do Oeste, em associação do produto "Golf";
3. Promover e desenvolver acções conjuntas com a Associação dos Amigos dos Castelos;
4. Promover e desenvolver acções conjuntas com o Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação;
5. Promover a integração de caches nas fortificações da RHLT, numa perspectiva de valorizar as iniciativas desenvolvidas no âmbito do Geocaching;
6. Confederação dos Agricultores de Portugal: raid hipico;
7. Academia Portuguesa de História;
8. Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
9. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;
10. Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra;
11. Biblioteca Nacional de Portugal;
12. Arquivo Nacional da Torre do Tombo;
13. Museu da Marinha;
14. Exército Português (Direcção de Infra-estruturas do Exército, Instituto Geográfico do Exército, Direcção de História e Cultura Militar);
15. Instituto de Defesa Nacional;
16. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves;
17. Instituto Público, Instituto Gestão Património Arqueológico e Arquitectónico;
18. Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo;
19. Centro Nacional de Cultura;
20. Turismo de Portugal;
21. Instituto dos Museus e da Conservação;
22. British Historical Society of Portugal;
23. Friends of the Lines of Torres Vedras;
24. Itinerante – Divulgação Histórica e Cultural;
25. Palácio Nacional de Mafra, Escola Prática de Infantaria, Centro Militar de Educação Física e Desporto, Clube Militar de Oficiais de Mafra, Escola Secundária José Saramago, Tapada Nacional de Mafra;
26. Continuação da dinamização de iniciativas com a Escola Secundária do Forte da Casa, particularmente com o *Clube de Património*, visando o alargamento deste tipo de parceria a outros agrupamentos escolares do concelho;

Plano de Sustentabilidade da Rota Histórica das Linhas de Torres  
Janeiro | 2011

27. Promover e desenvolver acções conjuntas com a Associação dos Amigos do Forte;
28. Produtores vitivinícolas locais;
29. Sniper Park – Clube Aventura;
30. Clube de Actividades ao Ar Livre com a *Marcha dos Fortes*.
31. Academia de *Dressage* Portugal (Quinta da Pataca, Arruda dos Vinhos).

**e) Promoção de Grandes Rotas:**

1. Promover e divulgar acções de dinamização no âmbito da Grande Rota das Linhas de Torres, valorizando a realização dos roteiros pedestres para a comunidade geral e para a comunidade educativa, integrados nas actividades dos sectores de desporto de cada município;

**f) Dinamização em rede dos Centros de Interpretação:**

1. Promover acções inter-escolas, visando a permuta de públicos escolares entre os municípios da plataforma;
2. Promover uma programação em rede, contemplando os projectos específicos de cada parceiro;
3. Promover acções que visem facilitar a fruição de unidades territoriais das áreas de influência dos CI e da RHLT.

**g) Realização de mostras e festivais gastronómicos:**

1. Promoção e valorização da RHLT nas diversas mostras e campanhas gastronómicas dinamizadas pelos municípios da PILT, valorizando a vertente de investigação histórica.

**h) Dinamização de recriações históricas:**

1. Promover recriações históricas anuais no plano de actividades no município de Sobral de Monte Agraço;
2. Inserção na agenda europeia anual de recriações históricas de um momento dedicado às Linhas de Torres;
3. Evocações históricas em Bucelas;
4. Promoção do encontro anual de Recreadores Históricos do período Napoleónico no Parque Municipal de Montachique;
5. Dinamização de recriações históricas que oscilam entre o Palácio Nacional de Mafra e as fortificações recuperadas, bem como acções de animação do poste dos sinais;
6. Promoção de apresentações de âmbito teatral, a serem desenvolvidas pel' *Os Aprendizes do Fingir* (grupo de teatro escolar), em tomo da temática da Guerra Peninsular.

**i) Produção de *Merchandising* RHLT:**

1. Execução de plano de *Merchandising* concluído durante 2011 para posterior produção

**j) Promoção de Publicações.**

1. Publicação da monografia e Guia da RHLT em 2011;
2. Publicação dos resultados das intervenções arqueológicas;
3. Publicação dos estudos de materiais;
4. Disponibilização *online* dos relatórios técnicos;
5. Promoção de publicação de Arruda dos Vinhos;
6. Promoção de publicação de Sobral de Monte Agraço;
7. Realização de *workshops*, seminários e *ateliers*;
8. Edição de um guia do território - unidades territoriais, fauna, flora, património construído, arqueológico, geológico e histórico;
9. Criação de guia ornitológico, geológico e botânico nos sites da RHLT e da Câmara Municipal de Mafra;
10. Guia da RHLT em Mafra, incluindo contribuições da área de arqueologia e história, plano de valorização e restauro.
11. Promover a publicação *online* das actas de colóquios, seminários e conteúdos de *workshops* dinamizados no âmbito da RHLT.
12. Promover a publicação do Manual de Boas Práticas Patrimoniais, alusivo à realidade concreta da RHLT.

**k) Outras iniciativas**

1. Promover *Noites de Astronomia*, beneficiando da natural localização geográfica das fortificações;

2. Promover visitas temáticas no âmbito dos *Passeios no Tejo* (Núcleo Museológico Barco Varino *Liberdade*), dinamizados pelo sector de turismo do município de Vila Franca de Xira;
3. Promoção de percursos pedestres com o Gabinete de Turismo e Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Loures;
4. Continuidade de promoção de actividades pedestres do GR 30;
5. Desenvolver acções e projectos numa linguagem contemporânea através das artes plásticas, teatro e música, em ligação com o conjunto patrimonial da RHLT.

#### 1.2. Investimento e financiamento dos municípios nas seguintes áreas:

##### **Manutenção e conservação das estruturas intervencionadas no PT0027:**

###### a) Monitorização:

1. Promover uma monitorização sistemática das estruturas das fortificações e de outras estruturas que lhes estejam directa ou indirectamente associadas, a qual deverá ser assegurada pelos serviços municipais em articulação com entidades exteriores com competências na área patrimonial, valorizando as directrizes expressas no Manual de Boas Práticas Patrimoniais;

###### b) Planos anuais de manutenção:

1. Garantir acções de manutenção concretas, prevendo a integração plurianual nos Planos e Orçamentos dos municípios de rubricas referentes a desmalações periódicas, recuperação de caminhos pedestres, sinalética direccional e informativa e recursos humanos, promovendo a delimitação de planos de manutenção anuais;
2. Articulação entre Departamento de Ambiente e o Departamento de Cultura, Desporto e Juventude, tendo em vista acções de manutenção e conservação das fortificações;
3. Actualizações da Carta Cultural, instrumento de planeamento e gestão do Património Cultural;
4. Aplicação de plano integrado na área de espaços verdes (ambiente) do município em articulação com a área de Património Arqueológico;
5. Conclusão da revisão do Plano Director Municipal, com inclusão de todos os redutos.

##### **Recuperação e reabilitação de outras estruturas (novos projectos):**

###### a) Recuperação das seguintes fortificações militares:

1. Recuperação do Forte do Paço até 2015;
2. Recuperação da Bateria da Espadarinha, em parceria com o Loures Business Park, até 2012;
3. Escavação arqueológica do poste de sinais, em Montachique, até 2012;
4. Reconstituição do poste de sinais no Cabelo de Montachique, até 2012;
5. Limpeza e levantamento e caracterização de todas as estruturas militares inventariadas no rastreio (documento entregue ao IGESPAR), até 2012;
6. Escavação arqueológica e valorização do Reduto do Quadrado, até 2013;
7. Escavação arqueológica e valorização da Bateria dos Galvões, até 2013;
8. Forte de São Julião, contemplando o Circuito da Carvoeira, em articulação com o Forte do Zambujal e com as áreas balneares;
9. Escavação arqueológica do poste de sinais;
10. Desmatagem e tratamento do coberto vegetal;
11. Colocação de equipamento de apoio ao visitante;
12. Recuperação dos fortes do Simplicio e do Machado até 2015;
13. Recuperação dos fortes do Passo e do Gílo até 2012;
14. Recuperação dos fortes da Forca e da Feiteira até 2013;
15. Desenvolvimento do projecto referente à 2ª e 3ª fase do Forte da Casa, onde está localizado o Centro de Interpretação;
16. Recuperação dos fortes 114a e 114b durante 2011;

##### **Investigação**

###### a) Histórica:

1. Promover a atribuição regular de um prémio de investigação;
2. Execução de projecto de digitalização de todas as fontes documentais relativas às Linhas de Torres (projecto comum com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian);



- b) Arqueologia:
1. Promover a divulgação dos resultados obtidos;
  2. Promover estudos arqueológicos no Forte do Paço até 2015;
  3. Promover estudos arqueológicos nos Fortes do Machado e do Simpício;
- c) Patrimonial e ambiental:
1. Promover a constituição de um Manual de Boas Práticas Patrimoniais, em conjunto com o IGESPAR, focando a realidade concreta das fortificações que constituem a RHLT;
  2. Recolha sistemática do património imaterial relacionado com as guerras peninsulares;
  3. O Centro de Interpretação da Rota Histórica em Bucelas está em interligação com o Museu do Vinho e da Vinha, na mesma localidade, que centra o seu discurso museológico em torno do ambiente, da paisagem e do património natural, numa perspectiva eco-sustentável, reforçando a ligação entre a paisagem e as estruturas militares da RHLT;
  4. Promover estudos relativos às técnicas de construção e de ocupação dos fortes intervenções arqueologicamente, com equipas multidisciplinares, nomeadamente o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e a Direcção de Infra-estruturas do Exército;
  5. Desenvolvimento do projecto TURSUS<sup>1</sup> – Turismo Sustentável, visando a investigação e divulgação da fauna e flora locais;
  6. Promover levantamentos fitogeográficos de outras fortificações ainda não intervenções, em articulação com o Departamento de Qualidade Ambiental do município;
- d) Renovação de conteúdos e dinamização dos Centros de Interpretação (CI):
1. Dinamização e rentabilização dos conteúdos multimédia dos CI, através da integração de nova informação e da actualização da existente;
  2. Renovação dos conteúdos do CI de Aruda dos Vinhos, focando o tema «Política da Terra Queimada»;
  3. Reforçar a programação das iniciativas das associações e dos agentes locais, criando sinergias com a RHLT a partir das estruturas militares, dos circuitos pedestres e do CI, potenciando as ofertas da RHLT com a sua inserção nos programas dos agentes locais;
  4. Realização de módulo expositivo que integrará uma sùmula dos vestígios arqueológicos investigados no Forte da Feira, com exposição de réplicas e um painel explicativo sito na Junta de Freguesia da Malveira;
  5. Execução da legendagem em inglês do documentário que integrará o CI de Mafra;
  6. Renovação anual dos conteúdos dinamizados pelos serviços educativos do CI de Sobral de Monte Agraço;
  7. Aquisição e recursos a áudio-guias (multilíngues), visando a divulgação dos conteúdos resultantes da investigação desenvolvida pelo município de Vila Franca de Xira;
  8. Dinamizar e valorizar as visitas guiadas promovidas pelo Museu Municipal de Vila Franca de Xira, no âmbito da RHLT, em articulação com o público do CI do Forte da Casa.

## 2. CRIAÇÃO DE UMA ESTRUTURA DE GESTÃO (ATÉ JUNHO DE 2013)

### 2.1. Análise do tipo de estrutura que melhor se adequa à gestão patrimonial e turística da RHLT

#### Estudos de Rotas Patrimoniais e Turísticas existentes – casos de sucesso

- a) Geopark;
- b) Rota do Românico;
- c) Adrian's Wall.

<sup>1</sup> Projecto desenvolvido pela empresa *Tritões de Terra*, o qual visa diversas áreas de acção, nomeadamente a "educação ambiental, recuperação de áreas degradadas, estudos de impacto ambiental, monitorização (fauna e flora) e ordenamento do território, fotografia de natureza e viagem."

**Protocolo com o Centro de Estudos Territoriais – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da empresa (ISCTE), visando a criação de uma estrutura e de um plano de gestão**

- a) Envolvimento de municípios detentores de património associado às Linhas de Torres (extrapolando os seis municípios da PILT);
- b) Captação de parcerias e financiamentos públicos e privados;
- c) Colocação da RHLT no mercado turístico internacional.

**3. CONSOLIDAÇÃO DA RHLT NO MERCADO TURÍSTICO NACIONAL E INTERNACIONAL**

- 3.1. Oferecer produtos turísticos para diversos públicos (directamente ou através de operadores turísticos)

**Alojamento;  
Gastronomia;  
Actividades ao ar livre;  
Investigação;  
Empresarial;  
Eno-turismo;  
Património local e regional.**

- 3.2. Garantir a salvaguarda do património singular na história militar europeia e mundial

**Conservação de todas as estruturas militares e equipamentos culturais criados (por parte da PILT ou outra estrutura de gestão da RHLT)**

**Promover a investigação como produção de conhecimento  
Defender o reconhecimento das Linhas de Torres como património de interesse nacional.**